



Anais da Assembléia

N.º 115

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE SETEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 174ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Fabiano Braga Cortes.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Leopoldo Jacomel, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Werner Wanderer e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 143/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 272/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de JARDIM OLINDA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Projeto de Resolução nº 143/76

A Assembléia Legislativa do Paraná R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de JARDIM OLINDA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia, do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 272/76

A presente Proposição número 272/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de JARDIM OLINDA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 143/76. Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 175ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Leopoldo Jacomel, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Werner Wanderer e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente

declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

INDICAÇÕES:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de Líder da bancada da ARENA, indica os Deputados Ezequias Losso, Accioly Neto e Jorge Sato, para integrarem a Comissão Especial que deverá apreciar a Emenda ao Art. 47, inciso 20, da Constituição Estadual, proposta pelo eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

Líder da ARENA

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de Líder da Bancada do MDB, nesta Casa, vem, respeitosamente, indicar para compor a Comissão que estudará a Emenda Constitucional que visa fixar prazo para os mandatos dos Prefeitos dos municípios considerados área de segurança nacional, os seguintes deputados:

1 — Deputado — Nilso Sguarezi

2 — Deputado — Lineu Turra.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO

Líder do MDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Líder da Bancada do MDB, vem respeitosamente indicar, para compor a Comissão Especial que estudará o Transporte Coletivo na região metropolitana de Curitiba, os nomes dos eminentes deputados:

1 — Enéas Faria

2 — Adalberto Daros.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem se consigne na Ata dos trabalhos, um voto de sentido pesar pelo falecimento do ilustre médico, Dr. Jamil Mussi, ocorrido em Ponta Grossa.

Homem público, devotado à família pontagrossense, deixa uma grande lacuna difícil de ser preenchida.

Requerem outrossim, que deste se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1976.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK

DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer aprovação do Plenário no sentido de que a Secretaria de Agricultura, seja oficiada, para a tomada de im-

diatas providências no sentido de levantar, diagnosticar e combater uma estranha doença que vem dizimando o rebanho suíno, no sudoeste do Estado — onde os medicamentos convencionais têm se mostrado ineficazes para combate do estranho mal, caracterizado por intensa febre e imediato enfraquecimento orgânico.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Uma doença ainda não diagnosticada inteiramente vem se alastrando no Sudoeste do Paraná, e fazendo incalculáveis vítimas no rebanho suíno. Tal moléstia, que inicia com febres altas e rapidíssimo enfraquecimento orgânico, é imune a todos os tipos de medicamentos conhecidos. Para citar como exemplo, no distrito de Bom Sucesso, município de Pato Branco, o Sr. Alberto Conte, um dos mais tradicionais criadores de suíno, teve seu rebanho praticamente dizimado pelo estranho mal, em que pese toda a assistência especializada que dispensou. Além dos vultuosos prejuízos econômicos, é bem possível que a moléstia seja contagiosa e daí a necessidade de uma investigação mais cuidadosa, possibilitando-se assim o confinamento do estranho mal, se convenientemente diagnosticado e se perspectivas de controle possam ser de imediato tomadas pelo poder público. Por outro lado, comentários existem de que no interior de Santa Catarina e mesmo no Rio Grande do Sul, verificaram-se idênticos quadros, ensejando desta forma uma investigação mais ampla e cuidadosa, pois pode ser que tal moléstia já esteja sendo importada para o nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor EMLÍO HOFFMANN GOMES, digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., reiterando solicitação no sentido de que seja instalada uma agência desse estabelecimento oficial de crédito no distrito de BOA VISTA DA APARECIDA, município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Em meados do ano passado, foi aprovado pelo Plenário desta Casa, requerimento de autoria deste Deputado, solicitando à Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A a instalação de uma agência no distrito de Boa Vista da Aparecida.

Essa reivindicação, que se renova dia a dia, tem por base o contínuo desenvolvimento que se observa naquela localidade.

Sustentamos, ainda, naquela oportunidade, que esse intenso progresso tomara um impulso peculiar, devido ao apreciável volume de indústria e alto comércio da região, alimentado pela extração da madeira e seu total aproveitamento.

Por outro lado, sua expressiva projeção agrícola, na produção de soja, milho, arroz e feijão, além de outros cereais, cresceu de maneira notória nestes últimos semestres.

A instalação de uma agência no município de Capitão Leônidas Marques não justifica, "data venia", a omissão do Banco Central na liberação de uma agência para Boa Vista da Aparecida, que dista 32 km da sede do município e fica separado deste pelo rio Andradá, para cuja travessia é necessário o uso de uma balsa.

A outra opção, de deslocamento até Cascavel, é de distância equivalente à de São Mateus do Sul e União da Vitória, onde existem agências do Banestado em ambas as cidades, apesar da comunicação entre aquelas ser procedida através de excelente rodovia, o que não acontece em relação ao distrito da Boa Vista da Aparecida e Cascavel, que se interligam por precárias rodovias municipais.

No presente momento, para corroborar as afirmativas contidas em nosso requerimento anterior, estamos recebendo de várias indústrias madeireiras e produtores agrícolas daquela região, relatório do movimento referente ao primeiro semestre de 1976, os quais bem atestam o crescente índice que se verificou depois do nosso pedido datado de junho de 1975.

Esperamos, portanto, que desta feita a população de Boa Vista da Aparecida seja atendida em sua justa reivindicação, cujo atendimento requer urgência para que o processo de geração e fomento de riquezas não sofra solução de continuidade.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está finda a leitura do expediente.

Com a palavra o Sr. Valter Pietrângelo, primeiro orador inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estribado na Lei número 63/58, sancionada pelo Presidente da República, em data de 10 de setembro, a ARENA neste último domingo realizou uma segunda Convenção Partidária, no município de Santa Isabel do Ivaí, homologando candidatos para o pleito de 15 de novembro próximo. É sabido, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, em data de 28 de agosto, isto é, no dia seguinte ao prazo fatal para realização de convenção, o Governador Jayme Canet durante concentração popular, levada a efeito naquele varonil e pujante município do Noroeste do Paraná, oficializou apoio incondicional a candidato cujo nome não havia sido submetido legalmente ao juízo dos convencionais arenistas presentes e por isso mesmo não homologado através de votação secreta preceituado no Código Eleitoral.

É sabido também que no Artigo 1º da Lei número 63/58, estabelece e claramente que os lançamentos de candidatos somente poderão ser realizados nos municípios onde não foi realizada Convenção ou onde a Justiça Eleitoral as tenha impugnado. Ora, é certo que, embora não tenha lançado candidatos, a Arena realizou sua convenção em Santa Isabel do Ivaí, realizou exatamente no último dia de prazo, 27 de agosto, conforme prevê farta documentação, protegida pelo próprio diretório situacionista na Justiça Eleitoral local. Por isso é que nós proclamamos aqui a aliança entre S. Exa. o Sr. Jayme Canet e o Diretório Regional da Arena, enganando novamente a comunidade trabalhadora de Santa Isabel do Ivaí. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos convictos de que a Justiça Eleitoral determinará a punição dos infratores da Lei, condenando aqueles que a afrontam com as penalidades legais e por isto, a Justiça Eleitoral deverá rejeitar sumariamente, o registro dos candidatos da Arena lançados na Convenção de 19 de setembro, para disputar as eleições de 15 de novembro próximo.

É evidente que a realização desta forjada Convenção da Arena, leva-nos a lamentar que os maus exemplos do Governador, praticando atos atentatórios à Justiça Eleitoral, foram seguidos pelo Diretório Regional do seu Partido, a Arena.

Mas, temos convicção também que a justiça haverá de prevalecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamenta-se que o poder, mesmo revestido de super-poder, não acredite mais em suas condições para sensibilizar a opinião pública de eleitores deste Estado. E, porque não dizer, corrupções vêm sendo feitas de forma extraordinária. A ação de grupos tem uma penetração violenta, graças à pobreza do povo. E, na minha cidade, aconteceu recentemente um fato que se não é revoltante, pelo menos é inaceitável. O Presidente do

Sindicato dos Trabalhadores Autônomos da Lavoura, por determinação do poder se licenciou em tempo hávil. Um homem não politizado, um presidente de um sindicato que não existe porque não é representação de povo, para ser candidato a Vereador.

Queixa que não faríamos deste Parlamento, se não fosse o transmitir das queixas dos próprios filiados do Sindicato do Trabalhador Rural Autônomo, que se vêem achacados na sua economia com o pagamento de um pouco, da miséria que recebem, para estruturar em favor do Governo que omitiu a verdade durante tanto tempo, campanhas políticas que descem ao mínimo do sentimento democrático de uma Nação.

Corrupções estão sendo feitas de forma violenta, e não sabemos o que poderá acontecer nestes dois meses que antecedem as eleições. E quero deixar bem claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não estou preocupado com o fato da vitória do meu Partido na minha cidade em Santo Antônio da Platina, porque pelas condições de nosso candidato, pela presença ativa da oposição naquela localidade, a vitória do MDB de Santo Antônio da Platina, é fato antecipado. Entretanto, o que nos revolta é que as entidades representativas de classe, rotuladas com nome de Sindicato de Representação de um povo, e principalmente desse povo esfomeado, desses homens chamados de “bóias-frias”, que vivem o ridículo da fome e da miséria imposta pelo tanto que lhes pagam por dia de trabalho, estão servindo de subsídio para o partido do governo e o governo continua a dizer que aí há o Sindicato de Representação do povo, sindicato é representação pura, sindicato é a luta da nobreza na sua luta pela sua sobrevivência. Sindicato é a expressão de liberdade de classe, e não pode ser determinado pela força de poder do governo que aí está.

Os Srs. Deputados sabem perfeitamente que o empobrecimento deste País é vertiginoso. A vivência do empobrecimento desta Nação atinge 70 milhões de brasileiros, que corresponde quase a 70 por cento da densidade populacional.

Os grupos defensores, verdadeiros pregadores de um Envagelho que não existe, de uma liberdade que não houve e que recebe do próprio povo e da própria economia, para castigá-la, para diminuí-la, para humilhá-la. Acontecimentos dessa natureza, Sr. Presidente, desenobrecem qualquer mandato eletivo deste País.

De que vale estar aqui, a gritar pelo direito, pela verdade e pela justiça do povo, se o povo continua injustiçado.

Deixo aqui, Sr. Presidente, para que conste dos Anais desta Casa, meu repúdio pela ação do Sindicato de Trabalhadores Autônomos Rurais, de ter transformado aquele núcleo do meu município de Santo Antônio da Platina, em Diretório político da ARENA. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Participamos no dia de ontem, precisamente às 11 horas, de um ato simples, porém, de invulgar significado para o futuro ecológico de nossa terra. Refiro-me, Sr. Presidente, ao plantio simultâneo de 50 mil novas árvores, de diversas variedades, no município de Curitiba, entre as quais, 7 mudas do nosso característico pinheiro, em frente ao Palácio Iguaçu, no Centro Cívico. Foram plantados pelo Sr. Governador Jayme Canet Júnior, pelo Sr. Comandante da 5ª Região Militar, General Samuel Alves Correia, pelo Sr. Secretário de Educação e Cultura, professor Borsari Netto, pelo Prefeito de Curitiba, Engenheiro Saul Raiz e outras autoridades administrativas do Estado do Paraná e do município de Curitiba.

Na ocasião, o engenheiro Saul Raiz comunicou estar a Diretoria de Parques e Praças da Prefeitura Municipal de Curitiba, dinamicamente dirigida pelo Dr. De Pauli, planejando entregar ao público, no próximo ano de 77, cem mil mudas de azaléias e ipê. E no ano de 78, duzentas mil mudas. Soubemos ainda, que a mesma Diretoria de Parques e Praças enviou suges-

tões a diretorias semelhantes de outras cidades brasileiras, para que no Dia da Árvore, do ano vindouro, se faça uma grande festa nacional, com a colocação, no solo pátrio, de milhões de mudas de árvores.

Desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos louvar essa iniciativa na certeza de que, num futuro breve, contaremos com maior conscientização da importância em se dar proteção à natureza, para que possamos em nossas cidades, em nossas áreas rurais contar com o verde indispensável própria sobrevivência do homem.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com satisfação salientamos a atuação do Sr. Governador do Estado em nossa região, o Norte Pioneiro.

Tivemos hoje a honra de receber em nosso Gabinete ilustres líderes do Movimento Democrático Brasileiro daquela cidade, os quais deram seu inteiro apoio à candidatura de um companheiro nosso de Santo Antônio da Platina.

Esses moços estão sentindo o que há de palpável, o que há de honesto, o que há de real no trabalho profícuo e honesto de um Governo. Por este motivo vêm hipotecar, por nosso intermédio, seu apoio irrestrito ao futuro Prefeito de Santo Antônio da Platina, Valdemir Medeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, falamos nós de um dos líderes autênticos do extinto Partido Trabalhista Brasileiro e um dos representantes, desde o início, do MDB daquela cidade. Falamos de duas pessoas de alto gabarito, de grande contacto com as massas daquela cidade e de todo o interior do Norte Pioneiro. Falamos do moço Wilson Martins, combativo, honesto e tranqüilo, que vem apoiar a candidatura arenista. Falamos, também, do moço José Nalesso. Este homem era candidato a Vereador pelo MDB mas resolveu, para o bem de sua cidade, para o bem de sua gente, cerrar fileiras com a candidatura de Valdemir Medeiros.

Estivemos hoje na presença de S. Exa. o Sr. Governador do Estado para levarmos a solidariedade daqueles jovens combativos, líderes incontestes, e também para acertarmos a inauguração da estrada que deverá ligar Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina, que será no dia 16 de outubro próximo.

Vejam os Srs. Deputados e o Paraná, como está certo o Presidente do Sindicato ao cerrar fileiras com o Partido vitorioso naquela cidade. Vejam os Srs. Deputados que a ARENA é uma revolução em marcha, vejam os Srs. Deputados que a ARENA é a única vitoriosa na nossa região, não por demagogia, mas por obras concretas e palpáveis de um Governador voltado para a sua terra e para a sua gente.

Haveremos de vencer, como dissemos sempre, em toda a linha, principalmente agora, digo de público, em Santo Antônio da Platina, com a aquisição deste dois líderes, esses homens que vieram espontaneamente engrossar as fileiras arenistas, e que vão dar uma vitória ao Governador que trabalha, vão dar uma vitória ao Partido da esperança, vão dar uma vitória para o nosso Partido, para que o mesmo continue prestigiando os bons brasileiros e para que este País continue no mar de tranqüilidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado Srs. Deputados. Muito obrigado ilustre Deputado Nelson Bufara, muito obrigado Sr. Wilson Martins e muito obrigado José Lourenço. Muito obrigado Santo Antônio da Platina e até 15 de novembro com a vitória esmagadora de Waldemir Medeiros pela Arena, pelo Paraná e pelo Brasil. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Desejo, após ouvir este inflamável discurso do Deputado Gabriel Manoel, mostrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a desinformação e talvez, a má fé, do jornalista credenciado nesta Casa, que escreve na coluna do "Diário Popular", e que publicou, no dia de hoje, matéria que gostaria, após lê-la, contestar o que se disse hoje, neste jornal.

Diz o jornalista Emílio Sfair que escreve o informe especial do "Diário do Paraná" como Marquês do Piquiri: (Lê): "Parece que o MDB não está interessado em esclarecer o jogo político, pois a impugnação do sorteio dos candidatos da Arena ocorrido na presença do seu Presidente, Sívio Sebastiani e dos Deputados Enéas Faria e Adalberto Daros, é clara disposição de confundir o processo eleitoral.

No momento em que o MDB proclama em todo o Estado sua disposição de ver o País com "democracia plena", a impugnação, com o objetivo puro e simples de prejudicar o processo eleitoral, se constitui num retrocesso lamentável, retrocesso que lembra os piores momentos da política paranaense e que recorda momentos tristes da política brasileira que nós todos devemos e queremos esquecer.

O jogo político deve ser claro, objetivo e principalmente voltado para o interesse do eleitor em escolher com liberdade os melhores candidatos.

Prossegue o jornalista, "o MDB, impugnando o sorteio dos candidatos da Arena, não deve ser apenas frustrado em seu objetivo de confundir o eleitorado, mas deve, também, ser acusado pelos eleitores de estar divorciado do sentimento do povo que deseja democracia plena, limpa, sadia, sem as jogadas no "tapetão" da justiça eleitoral, como se fosse possível ganhar eleições com impugnações".

Prossegue ainda o jornalista: "Um detalhe: a candidatura de Danilo D'Ávila, o candidato impugnado pelo MDB, não era prá valer".

Devo, nesta oportunidade, mostrar a total desinformação do ilustre jornalista que escreveu o que lemos neste jornal de circulação da Capital. Primeiro, que, no dia do sorteio feito no Tribunal Regional Eleitoral, está como testemunha o Juiz que presidia aquela sessão, Dr. Assad Amadeu Iassim, que sorteava certo número de candidatos que já possuía e que nós, naquela oportunidade, como convidados a sentar à Mesa naquela sessão especial conversamos com o Meritíssimo Juiz mostrando que havia erro do Tribunal, o que foi feito naturalmente, foi parar o sorteio e verificar que o candidato da Arena de Curitiba que estava sendo sorteado já tinha, porque concorreu à eleição passada, número. Procuramos apenas, naquela oportunidade, mas quando o nobre jornalista diz que "o sentimento do povo que deseja democracia plena, limpa, sadia, sem as jogadas no "tapetão da justiça eleitoral, como se fosse possível ganhar eleições com impugnações".

É também o que nós queremos, só que o que diz respeito à jogada no "tapetão da justiça eleitoral", a jogada na Aliança Renovadora Nacional e no MDB, a prova aqui está, Sr. Presidente. Vou ler um ofício encaminhado ao Dr. Juiz da 1ª Zona Eleitoral pelo nosso companheiro Deputado do Governo, Luiz Roberto Soares, que diz o seguinte: (lê):

"A Comissão Executiva do Diretório Municipal da Arena de Curitiba, ao Sr. Presidente, ao final assinado, vem respeitosamente requerer o registro do Sr. Danilo D'Ávila, como candidato a Vereador nesta Capital, em substituição ao Sr. Alberto Garcez, documentos anexos".

Devo dizer ao nobre Deputado e a esta Casa que a Arena de Curitiba não realizou a sua segunda Convenção para substituir o Sr. Alberto Garcez Duarte Filho e errou o Tribunal Eleitoral do Paraná, quando sorteou e colocou na ata o nome do Sr. Danilo D'Ávila como candidato pela Arena, quando na verdade não é. Razão pela qual o MDB de Curitiba, calcado em leis que emenaram lá do Congresso Nacional, calcado em resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, tomou a sua atitude em impugnar

os números da Aliança Renovadora Nacional e também o candidato Danilo D'Ávila.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas ler o que o jornal "O Estado do Paraná" publica hoje:

(Lê): "De acordo com o Chefe da 1.^a Zona Eleitoral José Luiz Caminha, são reduzidas as possibilidades de que o sorteio do número dos candidatos da Arena à Comarca Municipal de Curitiba venha a ser anulado.

O que pode acontecer, diante da impugnação feita pelo Diretório Municipal do MDB, é a anulação somente do número do candidato Alberto Garcez Duarte Filho, aprovado pela Convenção da Arena, deixando de concorrer, assim, o seu substituto Danilo D'Ávila".

Quero entender que a medida que o MDB tomou em impugnar o candidato Danilo D'Ávila já está por surtir efeito, uma vez que vemos a declaração do Chefe da Primeira Zona de que, realmente, aquele candidato não tem condições de concorrer em 15 de novembro.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, pediria a alguns jornalistas, como este que é nosso amigo, é evidente, mas que, desinformado do que realmente acontece, publica no seu jornal, o "Diário Popular", algumas notas que confundem o eleitorado, isto sim, e não o que o MDB pretende em Curitiba, não o que o MDB prega em Curitiba, porque o que temos visto em Curitiba, são candidatos da Arena a desrespeitar a legislação eleitoral, a pregar propaganda e sujar a cidade, razão pela qual, Sr. Presidente, o MDB também poderá, ainda, tomar algumas providências a respeito. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos ouvido desta tribuna, o Líder do Governo afirmar que o pleito está com sua campanha normal, com ampla liberdade, onde tanto o Governador como as autoridades do interior participam da campanha, sem corromper, sem usar da máquina administrativa e sem pressionar a oposição. E tem, inclusive, desafiado a Oposição a apresentar fatos onde exista pressão. É exatamente hoje, 48 horas depois do Presidente Ernesto Geisel dizer aos jornalistas do mundo todo, no Japão, que mais importante que a vitória da Arena é o fortalecimento dos partidos, venho a esta Casa afirmar que esse fortalecimento dos partidos só poderá ser conquistado com a grandeza dos homens públicos. E trago a esta Casa uma denúncia: este Deputado foi convidado pelas autoridades municipais de Pitanga e São João do Ivaí, a não discursar naqueles municípios, sob pena de ter sua vida colocada em perigo por arenistas locais.

Este Deputado foi avisado para não ir a essas cidades, pois lá, segundo o aviso, que recebeu, só a Arena pode falar, só a Arena pode ter candidatos, só a Arena pode ter votos.

O MDB, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vai pagar para ver. O MDB vai realizar comícios em Pitanga e São João do Ivaí e nos diversos municípios, onde muitas vezes as vidas dos ilustres Deputados ou aqueles que querem usar o palanque, cujas vidas são ameaçadas.

O MDB vai realizar comícios nessas cidades e vai levar à Justiça Eleitoral a denúncia daqueles que pensando que são os donos do poder, ameaçam, corrompem, e desejam fazer desse pleito o fortalecimento da Arena com pressão sobre o povo.

Nossa vida, a segurança dos nossos companheiros não são tão importantes, como é importante a liberdade do povo. É em nome dessa liberdade que estamos dispostos a ir às últimas consequências, inclusive pedir tropas federais para garantir o pleito nestes municípios e em alguns outros municípios, cujas vidas de nossos companheiros estão ameaçadas. Onde o MDB pode até perder as eleições, mas quer ter o direito de disputá-las com liberdade, dentro dos padrões democráticos e dentro das

determinações do Presidente Ernesto Geisel, que não quer que a Arena seja um partido único, mas sim, quer que a Democracia seja o único objetivo dos políticos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pertencemos ao mesmo Partido Político, mas nos distanciamos por quilômetros, Ponta Grossa - Londrina. Entendemos que também os Deputados que têm assento nesta Casa, do Partido Situacionista, reconhecem na pessoa do ilustre Prefeito de Londrina, uma das melhores administrações deste Estado do Paraná.

Vimos que, quem faz recebe críticas; quem realiza, principalmente, como realizou José Richa, uma administração voltada aos interesses do povo, recebeu durante o seu mandato eletivo naquela cidade, de companheiros e de adversários políticos, represálias. E uma dessas foi de um senhor Vereador que recentemente falava sobre a aquisição por parte da Prefeitura daquela cidade, de uma pedreira, para exploração, através da função pública da Secretaria de Obras daquele Município. Provava na ocasião José Richa, do grande valor econômico, da grande aceitação por parte da sua equipe funcional de trabalho, da aceitação da compra em matéria atinente a pedras ao município de Londrina.

Quando um canal de televisão daquela cidade, e mais precisamente a TV Coroados passa às mãos de outro grupo político, generaliza-se lá em Londrina, uma campanha, um assaques contra a pessoa de José Richa.

Nós aqui do sul, acompanhamos o jornal "Panorama", o jornal "Folha de Londrina", enfim os órgãos de comunicação da cidade de Londrina, e vimos que a administração José Richa tinha e tem obras a mostrar não a Londrina, não ao Paraná, mas ao Brasil.

Recentemente foi instalada nesta Casa uma Comissão Especial para cuidar da construção do Estádio do Pinheirão. Lá está sendo desenvolvido um trabalho através do qual haveremos de encontrar um meio para que o Estádio seja construído.

José Richa, em menos de seis meses, deu ao Paraná, deu ao Brasil uma das maiores e melhores praças de esportes, para o desenvolvimento não só do esporte profissional, como também do esporte amador de Londrina.

Vias expressas foram construídas durante a administração de José Richa, daí porque nós do sul reconhecemos o seu trabalho, o seu valor e a sua desenvoltura à frente da Prefeitura de Londrina.

Dizia eu, que a TV-Coroados foi vendida a outro grupo e a partir daí desencadeou-se, através daquele órgão de informações do Norte do Estado, uma campanha anti-Richa, anti-Londrina. Entretanto, nós entendemos que após a ascensão de José Richa, é que, realmente, a Capital do Café deu mostras de sua maturidade política. E aí está o espelho, a grandeza, não do MDB, não da Arena de Londrina, mas da Capital Mundial do Café.

Richa que muitos aqui conhecem e tiveram a felicidade de desfrutar de seu convívio pelos mandatos eletivos pelos quais ele passou, teve e tem a dar a nós mais novos o exemplo de dignidade, de honestidade, de sinceridade de propósito ao servir a causa pública.

Acatando, como sempre foi sua característica, todos os ataques pessoais, todos os ataques políticos, todas as retaliações feitas à sua pessoa e à sua equipe, Richa foi aguentando todas as críticas. Mas, por insistência de companheiros de Londrina e de companheiros aqui do Sul, solicitamos que José Richa comparecesse a um canal de televisão e desse mostras daquilo que ele, realmente, concretizou e realizou na cidade de Londrina, para que aquele grupo que chegava como chegou, sem tradição e, principalmente, sem respeito à administração que lá está implan-

tada, não tornasse a desmoralizar José Richa, e nem o povo de Londrina.

Richa compareceu à TV-Tibagi, não rebateu as críticas maldosas que vem recebendo da TV-Coroados, mas deu uma aula de democracia, mais uma vez, àqueles poucos entendidos que, infelizmente, nós aqui no Sul possuímos alguns em nosso seio. Eles, talvez, estejam pensando quando vêm com esta campanha de agressão, que o povo de Londrina é bobo, e que o povo de Londrina não tem capacidade de discernimento. Pois saibam que a minha presença aqui hoje, foi resultado de uma imposição do povo pois onde eu vou, qualquer vila, qualquer bairro de Londrina, eu tenho recebido a solidariedade total do povo de minha cidade. Falava Richa, lá na TV-Tibagi, falo eu como pontagrossense na Assembléia Legislativa do Paraná, nesta tarde, para testemunhar neste Estado, que não somente Londrina, não somente o povo de Londrina, dos bairros de Londrina, mas também nós aqui do Sul, admiramos uma administração que é exemplo digno de ser copiado por outras cidades coirmãs do Estado do Paraná.

Falava ainda Richa, de que, se concedesse e concedam aí na sua televisão, o espaço para explicar a minha administração, provem que vocês realmente estão aí para servir a cidade, e vamos fazer um "Pinga-fogo" vocês aí ou pode inclusive vir mais gente de Curitiba ou de São Paulo, de onde vocês são e me abram espaço, que eu irei sozinho para dizer a vocês o que está sendo realizado para dirimir qualquer dúvida e assim estarão provando que as críticas são realmente em benefício da cidade, e que o propósito de vocês é nada menos do que defender a cidade.

Nesse exemplo de dignidade e de sinceridade de propósito, é que José Richa mais uma vez mostra a este Estado, que dentro do Movimento Democrático Brasileiro como também da Aliança Renovadora Nacional, existem homens mais altos do que Partidos Políticos, existem homens mais altos do que interesses de grupos, mais altos do que qualquer interesse a não ser aquele de servir a sua gente, é que nós copiamos e não poderíamos de maneira nenhuma deixar, Sr. Presidente, de, nesta tarde, mesmo com a aquiescência dos quatro Srs. Deputados de Londrina, cinco companheiros nossos do MDB e dois ilustres representantes da Aliança Renovadora Nacional, que eles próprios reconhecem nesta administração uma das melhores, ou melhor que passou na administração pública de Londrina.

E nós aqui como representantes deste Estado, não poderíamos, de maneira nenhuma, deixar de fazer valer nossa palavra, para que ficasse registrado nos Anais desta Casa, para a História Política deste Paraná, que José Richa muito fez e que o Paraná e Londrina muito deve a homens da integridade moral e, principalmente, do tino administrativo de José Richa, Prefeito da cidade de Londrina.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Accioly Neto. (Pausa) Tendo declinado, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando se omite a verdade, naturalmente se provoca contestações. Há poucos instantes o Deputado Gabriel Manoel dizia da tribuna que dois líderes do MDB o procuraram em data de hoje, em companhia do seu candidato a Prefeito daquela localidade, para manifestar apoio à Aliança Renovadora Nacional.

Omitiu o Deputado ao dizer que dois líderes estiveram em seu Gabinete.

Deveria, a bem da verdade, dizer que um deles, José Diniz Nalesco, devedor da Caixa Econômica Federal, que vem pagando constantemente, no contencioso o vencimento dessa dívida,

teve cortadas as suas parcelas de financiamento e a habilidade pouco digna do ilustre Deputado, levou-o a Santo Antonio da Platina para prometer àquele nosso ex-companheiro, que nunca foi líder, que acertaria a sua situação econômica junto ao Banco do Estado. Não duvidamos, porque, segundo o que temos observado, o depoistário da economia bancária junto ao Banco do Estado do Paraná, está também partindo do jogo e nada melhor para eles do que o empobrecimento do povo, nada mais fácil para subjugar uma nação do que o empobrecimento da própria Nação, e foi José Diniz Nalesco, que nunca teve liderança de meu Partido em Santo Antônio da Platina, mais uma vítima da sanha e da animalidade até de um sistema que corrói e deprime qualquer formação de dignidade.

Faltou, acima de tudo, com o respeito à pessoa humana, José Diniz Nalesco, cabisbaixo ao chegar hoje em Curitiba, primeiro esteve no meu Gabinete, quase chorando e me disse: preciso fazer reverência ao Partido do Governo, para salvar a minha situação financeira.

Isto é horrível, Sr. Presidente, é a submissão do homem ao instituto da miséria, é a submissão do homem à mentira, é a submissão do homem ao poder e ainda tem a coragem de dizer o ilustre Deputado que nós fazemos demagogia, é a ação de V. Exa., desrespeitosa e indigna para o ser humano que estava, acima de tudo, precisando de crédito, que estava, acima de tudo, precisando solver seus compromissos. V. Exa., não é a primeira, nem será a última. O trabalho de V. Exa. na minha cidade tem sido o trabalho da ave de rapina, mas isto em busca de quem? De quem está carente e necessitando. Vai sempre em busca de quem está violentamente, economicamente pressionado por outras formas.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Não dou aparte a V. Exa. V. Exa. me negou aparte numa determinada reunião e daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o repúdio meu, pessoal, a institutos desta natureza. O repúdio meu, pessoal, pela falta de verdade em vir dizer que de nossas ovelhas debandou uma ovelha líder. Debandou um pobre coitado que corroído pelos juros extorsivos que os bancos cobram do homem, que esta Nação impõe ao homem pela imputação da miséria, feita por este super poder, vem agora, no gabinete de um Deputado que sempre se manteve aqui usando e abusando do fraquejar do seu semelhante e vem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se quisesse dizer ou afirmar que está dizendo a verdade, mas sabe de uma coisa, nobre Deputado governista, o seu candidato, com todo este poder, o poder de abrir, de escancarar as portas do Banco do Estado para resolver a situação como esta de José Diniz Nalesco, o seu candidato, com as condições de trazer os nossos homens vencidos e carcomidos pela miséria imposta pelo próprio Governo, tem condições de fazer com que o Governo receba em seu Gabinete, entretanto, seu candidato pode anotar, vai ser o lanterninha na minha cidade, porque o meu povo aprendeu a separar o joio do trigo e não será ação de ave de rapina de V. Exa. a conturbar a vontade do meu povo, do povo de Santo Antônio do Ivaí. Menos de dois meses faltam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que eu possa vir desta tribuna trazer o resultado das eleições de minha cidade.

A propaganda do meu partido foi feita pela ARENA, foi feita pelo Partido do Governo. Está lá um Prefeito que destruiu totalmente a minha cidade; está lá um Prefeito que esqueceu as estradas abandonadas; está lá um Prefeito que corrompeu as economias do município; está lá um Prefeito que desrespeitou a economia do meu povo; está lá um Prefeito que endividou a comunidade platinense.

Meu povo é inteligente. Jamais quererá que continue esta empreitada que já dura 8 anos, de destruição de Santo Antônio da Platina. E não será o gabinete do Governo, recebendo esses miseráveis que sofreram em sua economia; não será a rapinagem

do Deputado que poderá influenciar a consciência da gente de Santo Antônio da Platina.

E que saiba S. Exa. o Deputado Gabriel Manoel, que nós conhecemos a sua forma de atuação e que seus dias também estão contados neste Parlamento. Cumpra, pelo menos, estes dois anos que lhe restam, com mais dignidade e com mais honradez, com mais respeito, principalmente aos seus pares nesta Casa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

Pediria a V. Exa. que solicitasse ao nobre orador que não ataque pessoalmente este homem que tanto o admira e tem por ele e sua família o respeito que ele merece.

Ele está talvez entusiasmado atacando, jogando pedras num humilde morador daquela região. Peço que escute a sua consciência sobre as pedras que atira neste humilde homem. Vamo-nos unir para fazermos o progresso de nossa terra e o bem estar de nossa gente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, a humildade do nobre

Deputado Gabriel Manoel me tocou. Tocou-me profundamente. E nos dá um exemplo um grande psicanalista, quando afirma: Todo aquele que se humilha em determinada oportunidade, é porque foi tocado em sua culpa e em sua máxima culpa, e a grande verdade é esta, nós estamos aqui contestando a falta de verdade, porque não veio o líder do MDB ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel; veio sim, um mutilado em sua economia; veio sim, mais uma vítima da mentira que tanto liderou através do mal deste País, durante dez anos; veio mais um escomburo da miséria impregnada pelos juros extorsivos que se aplicam sobre os homens que trabalham nesta Nação.

E aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo a minha contestação como a expressão da mais alta verdade. E nós entendemos que aqui deste Parlamento não é que se ganham as eleições municipais. Ganham-se as eleições municipais pelos trabalhos prestados aos nossos homens; ganham-se as eleições municipais pela dignificação e a honra dos homens do meu Partido que tanto deram de si não só à comunidade platinense, mas à maioria das comunidades do Norte Velho do Paraná, que não é aqui, com a falta de verdade, que encontraremos os sentimentos dos eleitores do interior. Que não é aqui que deveremos usar nosso mandato, para nos servirmos dos oprimidos, para nos servirmos daqueles que como José Dinis Nalesso, digno chefe de família, digno cidadão e trabalhador, foi vencido pela miséria imposta numa legislação de uma economia das mais violentas encontradas numa Nação.

Deixo aqui o repto ao Deputado Gabriel Manoel. Que V. Exa. faça abrir as portas milagrosas do Banco do Estado, como prometeu, para resolver os problemas de José Dinis Nalesso, porque se V. Exa. não resolver este problema, José Dinis Nalesso que se curvou diante de V. Exa., terá a mesma impressão que tenho de V. Exa., de uma ave de rapina, que recebe os restos dos abutres que detém o Poder. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. Lembro ao Sr. Deputado que faltam, para o encerramento do Grande Expediente, apenas cinco minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, queria requerer, com autorização da Liderança, mais dez minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) A Mesa não pode receber a questão de ordem levantada por V. Exa. Após o encerramento do Grande Expediente, no instante em que conceder a palavra ao líder da Bancada...

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. tomou assim uma atitude drástica, porque já tem havido consentimento a Deputados quando pretendem, com a devida vênica deferida pela

Liderança, falar em nome do povo.

Se V. Exa. permite, pediria em requerimento verbal, ao meu Líder, que me concedesse dez minutos do tempo regimental destinado à Liderança.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Respondendo a sua questão de ordem, a Presidência informa que a atitude que tomou não é drástica, e sim, regimental.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. então fica, de hoje em diante, com solicitação minha, impossibilitado de conceder para outros oradores, a vez das lideranças.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É com tristeza, é com amargura, que vemos um colega nosso, um homem a quem admiramos, e que tanto respeitamos, vir atirar pedras sobre a luz da verdade, sobre a lâmpada que não se apaga.

Dizia o ilustre Deputado, que como aves de rapina, procuramos ajudar um companheiro seu, um homem que tem comércio em Santo Antonio da Platina e que, se está nesta situação, é porque toda vida lutou ao lado deste Deputado. Se a situação financeira desse moço prende-se a vir conversar, a vir claudicar, a falar com Deputado arenista, é porque foi espoliado por um companheiro seu que hoje ocupou a tribuna, que toda vida cooperou nas lides políticas financeiramente, ao lado do ilustre Deputado que nos atacou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo do Paraná, diz um adágio popular que “quem tem telhado de vidro não atira pedras no telhado do vizinho”.

Então, Deputado Lúcio Machado, façamos um retrospecto da sua vida política, e vejamos Nalesso, vejamos Wilson Martins, lançando sua campanha, tirando dinheiro de seu comércio para financiar a sua campanha. Agora quando este moço procura recuperar-se financeiramente, quando este moço que trabalha da madrugada até a calada da noite, vem procurar a justiça, vem procurar o Deputado Lúcio Machado, não está pedindo favores, porque o problema creditício, dá-se a quem merece.

E saiba V. Exa. que José Nalesso há de ter o seu crédito no Banco do Estado, como qualquer outro da Arena ou do MDB

Não seria V. Exa., o falso demagogo que viria atacar companheiros e ex-companheiros. Não seria V. Exa. que iria fechar as portas do Banco do Estado para os comerciantes honestos. Não seria V. Exa. que iria fechar as portas da Caixa Econômica para todos os elementos que precisam trabalhar e dar o pão para seus filhos. Vem V. Exa. como é do feitio dos falsos messias dos demagogos, atacar covardemente, sem dar aparte, porque a covardia é peculiar em V. Exa., a covardia é o que não temos, a covardia só é do gabarito de elementos como V. Exa., que expõe seus companheiros ao ridículo; e vem aqui, falar em nome de um companheiro que foi seu, vim aqui porque V. Exa. está vendo fugir pelos seus dedos, por causa da sua hipocrisia. Queremos dizer que não temos V. Exa. nas urnas, não temos V. Exa. em terreno algum. Só o que exigimos, Sr. Presidente, é o devido respeito.

Aves de rapina são aqueles que claudicam contra o povo, aves de rapina são aqueles que contestam as estradas, as escolas e os hospitais que o Governo leva para a nossa terra; aves de rapina são aqueles que vão mentir ao povo, aves de rapina são os falsos messias.

Por isto, é que queríamos dizer, Sr. Presidente, data vênica de V. Exa., que S. Exa. tivesse um pouquinho de piedade para com sua consciência, e, oportunamente, fizesse um retrospecto do seu pronunciamento.

O que nos traz a esta tribuna...

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Esta Presidência lembra ao nobre orador que faltam apenas 20 segundos para o encerramento do Grande Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente, apenas

para completar . . .

O SR. IVO THOMAZONI (*Pela ordem*) Sr. Presidente, solicitaria que fosse dado a S. Exa. o Sr. Deputado Gabriel Manoel, 8 dos 15 minutos que correspondem à Liderança da Arena.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Tendo em vista o requerimento formulado por S. Exa. o Líder da ARENA, esta Presidência concede mais 8 minutos ao orador que está na tribuna, Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o que nos levou a assomar a esta tribuna, não foi este motivo. Viemos neste instante, com uma mensagem de esclarecimento sobre o problema Congoinhas; viemos a esta tribuna para dizer ao Paraná e à sua gente, que, em um pronunciamento que fizemos, foi envolvido o nome de um companheiro que muito estimamos, o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Então, para bem da verdade, queremos continuar dizendo da falcatrúia, da corrupção daquele grupo, sobre o que nós temos os dados aqui, e é muito grande o seu conteúdo. Queremos, no entanto, ressaltar que o Deputado Quielse foi atacado pela imprensa, injustamente. Talvez por desconhecimento, eis que, em momento algum procuramos sequer tentar envolver o nome do ilustre Deputado na bandalheira daquele grupo que espoliou os cofres públicos. Houve um ligeiro mal entendido quanto ao nosso pronunciamento. Não dissemos que o Deputado Quielse, não dissemos em instante algum, esteve pactuando com a malandragem; dissemos sim, que o Presidente atual da ARENA de Congoinhas, pactua com a malandragem, e temos aqui as provas concretas e palpáveis, temos aqui, Sr. Presidente, as certidões, das quais leremos apenas um trecho. (Lê): — (A matéria lida não foi encaminhada à Divisão de Taquigrafia).

Essas são as verbas que foram desviadas pelo então Prefeito e que naquela época, como dizíamos nós, era Vereador o atual Presidente da ARENA. Naquela época faziam parte deste grupo famigerado os homens que hoje lutam para procurar denegrir nosso Partido. Então, não vemos razão nenhuma em que seja apontado o Deputado Quielse, ou qualquer outro Deputado, porque apenas dissemos que a falcatrúia existia, com provas que somam a mais de um milhão e cem mil cruzeiros, em 71 e 72.

E é por isso que eu queria pedir humildemente ao Deputado Quielse que leve o apreço e a consideração e a desculpa, se for necessário, desse seu amigo e companheiro, pela má interpretação talvez de nossa imprensa ou talvez de nós mesmos. O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, nós notamos através da taquigrafia, que, na realidade, V. Exa. em momento algum fez referência ao nosso nome. Contudo, o jornal "O Estado do Paraná", publicou relacionamento desse Parlamentar com os ataques ou com as denúncias feitas por V. Exa. a grupos políticos da Arena de Congoinhas. Mas eu sabia, conhecedor que sou do procedimento do Parlamentar que é Gabriel Manoel, que haveria V. Exa. de fazer esse esclarecimento, que para nós, homens públicos, que vivemos e sobrevivemos em função da opinião pública, porque a verdade sobre as coisas devem ser ditas e bem divulgadas.

Eu agradeço a V. Exa., sabedor que sei de que o seu procedimento não haveria de ser de outra forma.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Quielse, muito obrigado pelo aparte que nos estimula, nos orienta. Também queremos para esclarecimento da imprensa, do povo do Paraná e de nossa bancada e nossa Casa, dizer que naquela época V. Exa. nem era Deputado. E é por isso, nobre Deputado Quielse, que assomamos a esta tribuna, para procurar fazer um reparo quando é atingido um companheiro, um homem do gabarito de V. Exa. Porque vamos fazer como Cristo, "Dar a César o que é de César".

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) A Presidência informa

ao nobre orador, que falta um minuto para encerramento do tempo que lhe foi concedido pela Liderança de seu Partido. O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, permita-me V. Exa. nesse aparte, só para justificar, porque não pude apartear o Deputado Otássio Pereira, quando falava no Pequeno Expediente, a posição do Município de representa, São João do Ivaí. Comete ele uma injustiça, quando faz referência a São João do Ivaí, em ameaças. Porque nessa semana mesmo ele participou de um comício no distrito daquele município, um dos distritos em que eu tenho a votação quase que total. E lá usou e disse o que bem entendeu, e sem qualquer contestação, com o máximo respeito.

Nós confiamos no povo daquela região e não precisamos usar de meios ilegais para apoio político. Muito obrigado. O SR. GABRIEL MANOEL — Agradecemos o seu aparte, nobre

Deputado, e fazemos, Sr. Presidente, apenas uma referência bem rápida: com um provérbio: "Os cães ladram e a caravana passa".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao Sr. líder da ARENA nos sete minutos que restam do tempo regimental.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao Sr. Líder do MDB.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, tendo em vista que entendo que todos têm o direito de defesa, concedo o tempo da Liderança do MDB ao Deputado Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Tem a palavra, o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Entendia antes de ter vindo a este Parlamento que aqui exerceria o Deputado uma função primordial e aqui haveria de o Parlamentar se ater exclusivamente aos problemas de fiscalização administrativa do Poder Executivo.

Ao chegar neste Parlamento, há menos de dois anos, senti que tudo era diferente, que ao invés de cumprirmos à risca os nossos deveres como representantes regionais e do povo, nos colocamos à submissão, muitas vezes, da mentira, do desespero, da insolência e da falta de capacidade parlamentar de alguns.

O que dói, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a falta de verdade no expressar das coisas. Disse o Deputado Gabriel Manoel, ao usar da tribuna pela segunda vez, que a sua vítima foi financiador de minhas campanhas.

Primeiro é bom que conheça o Deputado governista um fato incontestável. No MDB, Partido da Oposição, não existe financiado e não existe financiador; no MDB existem homens que abraçaram a oposição com todo o sacrifício que ela propõe, movidos e revertidos por um ideal que, tenho certeza, é sublime, que é o de defender os direitos do povo, contestando os erros que, porventura, foram cometidos pelo Governo.

Quando o tachamos de "ave de rapina" fizemos em observação de sua trajetória política de doze anos. Esse Deputado sempre se serviu das vítimas deste ou daquele ato provocado, na maioria das vezes, pelo próprio Governo.

É lamentável que se tenha de assistir neste Parlamento, na constância dos dias, o despreparo dos Parlamentares no exercício de seu mandato; é lamentável que se tenha que verificar a falta de capacidade de determinados homens no cumprimento de seu dever como Parlamentar.

Embora suas palavras, de forma alguma, possam me atingir, porque elas se formalizam ao sopro de um desespero, porque elas não têm as raízes que deveriam ter, profundas no sentimento incontestável, a grande verdade, entretanto, ocorre com o fato e fato que vai retrospectar esta verdade, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, será a eleição de 15 de novembro.

Em Santo Antônio da Platina, o meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, vencerá as eleições com uma grande diferença de votos. Nos demais vinte municípios da micro-região, poderemos, perder uns cinco ou seis municípios, que são pequenos, onde o medo e a violência são feitos frente à frente ao eleitor, onde a perseguição é a arma do Governo, para que nesta oportunidade, eles possam alcançar alguns núcleos municipais para administrar.

Isto é trabalho de dez anos, trabalho de conscientização, trabalho de contestação aos atos de empobrecimento, empregados constantemente pelo Governo. E devo afirmar ainda, o funcionário público do Paraná votará no MDB. Está aí um professor do nível primário recebendo pouco mais de 700 cruzeiros, menos do que uma empregada doméstica.

Todos os reclamos feitos nos cantos deste Estado, não conseguiram acordar nem a Bancada do Governo neste Parlamento, nem acordar o Governo do sono latente em que dorme, da miséria imposta ao seu funcionalismo, das peças integrantes da máquina administrativa deste Estado. No setor de Polícia deste Estado está havendo dez baixas por semana, porque um sub-tenente, depois de dezoito anos de atividade como um soldado, recebe menos de 2 000 cruzeiros.

Nunca vimos levantar a bancada do Governo para defender estas peças integrantes da máquina administrativa. Em nenhuma oportunidade recebemos do Sr. Governador uma mensagem pedindo a reestruturação de vencimentos, o escalonamento de nível deste pessoal que sofre horivelmente a imposição de uma infração desenfreada em que só ele ficou esquecido.

E ainda o abandono das ruas, milhares de pessoas desempregadas, o índice de criminalidade e de delinquência aumenta a cada dia que passa, são milhares de lavradores que deixam as terras deste Estado, e vêm se aconchegar na grande cidade, para pedir esmolas ou para participar de alguns negócios às vezes obscuros para poder se alimentar. É um Estado que ficou dez anos pensando em fazer política partidária, e esqueceu de fazer a política sadia, administrativa, para que o povo tivesse dias melhores e mais felizes.

Então nós nos consideramos os pregadores da verdade, nós temos certeza de que as nossas palavras são a arrancada de raízes profundas de sentimentos e de conhecimentos. Nós não precisamos e não admitimos que se usem vítimas como José Diniz Nalesso. Depois de arrebatado economicamente pelos juros extorsivos, e trazido pela mão do anjo salvador, sobre a promessa de que se passar para a Arena o seu problema será resolvido. É ação injusta, é expediente indigno, ao homem de respeito. A pessoa humana deve ser respeitada, porque ela é acima de tudo, a expressão mais alta do próprio Deus.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não podemos levar aqui, sem direito de contestação, a impregnação de um palavrório, de um vocabulário sem precedentes de expressão de palavras mentirosas. Nós não podemos aceitar que um Parlamento faça consignar, sem contestação, nos seus Anais, tomada de posição que fere, que indignifica e que desonra a Constituição deste Parlamento. E tantas quantas vezes surgir mais uma vítima, e que nós tenhamos conhecimento, nós estaremos aqui para denunciar estes expedientes maléficos do Governo em mandar o Deputado, na cidade, abraçar o pobre homem vencido pelos juros, vencido pela extorsão econômica autorizada oficialmente, e propor a sua travessia para o outro lado da ponte em troca de sua travessia para o Partido do Governo, à resolução do seu problema de economia. Isto é, acima de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um fato denigrante à formação cultural de um povo, é um fato que violenta e denigre a honra da própria constituição de representação deste Estado.

Se os Deputados estão preocupados com as eleições que irá ocorrer no ano que vem, que usem de expedientes outros, que levem uma mensagem de fé e de esperança, que levem condições de respeitabilidade, principalmente aos humildes, aos de-

carcomidos e aos vencidos pela injúria do Poder, mas não que usem este expediente, que desce não só aquele que o comete, aquele que o pratica, mas desce toda a constituição representativa deste Parlamento.

Deixo aqui, portanto, para finalizar, às minhas palavras, a manifestação de repúdio pelo pronunciamento do Deputado Gabriel Manoel, em vir dizer que recebeu um Líder do MDB de Santo Antônio da Platina em seu Gabinete, em troca de um empréstimo no Banco do Estado. Isto desmoraliza o Governo, Sr. Presidente, isto desmoraliza a representação popular nesta Casa, isto desmoraliza a instituição administrativa desta unidade federativa, isto desmoraliza os nossos próprios mandatos, que não são mandatos nomeativos, foram mandatos alcançados através do voto popular do voto secreto e universal. Nós estamos aqui escolhidos pela vontade soberana do povo, não somos feitos de nomeação do Poder, mas somos sim, indicação do povo livre, do povo que tem o direito de escolher quem o representar.

Fica aqui, portanto, para que seja consignado nos Anais dos trabalhos do dia de hoje, a nossa manifestação de repúdio por tal procedimento deste Deputado governista. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 174/75, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 111/75, que aprova as contas prestadas pelo Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1974, Pareceres favoráveis da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário e da CTC, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 129/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 227/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMBÉ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Olavo Bilac e o Colégio Estadual Cambé. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 130/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 236/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MAMBORÉ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam Casas Escolares nos Distritos que especifica, daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 131/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 237/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARIALVA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Dr. Felipe Silveira Bitencourt, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 132/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 238/76, Mensagem do Poder Executivo 68/76, que aprova Convênio

celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de NOVA FÁTIMA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ADELAIDE GALSER ROSS e o Ginásio Estadual Dr. ALOYSIO DE BARROS TOSTE, da sede do referido Município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 133/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 239/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de LONDRINA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ARTHUR BERNARDES, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 134/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 244/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO RICO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária e Hospital da sede do referido Município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 135/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 245/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Rocha Pombo e o Ginásio Estadual Manoel Bandeira. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 136/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 251/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido Município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 137/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 254/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de AMAPORÁ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Ovalo Bilac. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 138/75, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que proíbe exigência de atestado ideológico mediante certidão da Delegacia de Ordem Política e Social, em qualquer repartição indireta ou direta do Estado. Parecer **favorável** da CCJ., por maioria e **CONTRÁRIO** da C.P., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei número 138/75.

Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz, permaneçam como estão. — **Aprovado**. O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Os que aprovam o requerimento do Deputado Deni Schwartz, queiram se levantar. 19 aprovam, 21 rejeitam. — **Rejeitado** o requerimento.

2ª discussão do Projeto de Lei número 138/75. Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando componentes de um Poder admitem a jornalistas credenciados na Casa, que recebam ordem de cima, como foi o caso ocorrido na C.P.I. que investigava os gastos com publicidade e divulgação do Governo do Estado; quando se admite que existe um Poder maior que o maior dos poderes, o melhor que se faria com a Casa do Povo era colocar um Cabo de Esquadra às suas portas e um cartaz que diria: "Fechado por insignificância de atividades." "Fechado por desnecessário".

Sr. Presidente, quando a Lei Maior não é atendida pelos soldados que ficam com o revólver na esquina, como já foi citado desta tribuna, temos de vir fazer um apelo aos nobres companheiros desta Casa para que aprovem este projeto de lei de autoria do ilustre Sr. Deputado Osvaldo Macedo e que pretendem acabar neste Estado com funcionários que, abusando de suas atribuições, estão a exigir dos professores, dos funcionários e até de candidatos a vestibular, atestados de ideologia, contrariando o respeito à lei.

Temos que apelar para que esta Casa não precise das tais faixas a que aludi no início de minhas palavras. Voltamos a apelar para que aprovem este projeto para que não ocorra o que já tem havido. A correria de professores do interior a pedir atestados de ideologia política, atestado desnecessário, nas palavras do próprio Secretário da Educação nesta tribuna, quando veio a convite da Assembléia, na palavra do próprio Secretário, quando na Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação, afirmou ser um abuso de poder o fato de inspetores de ensino exigirem, de professores, atestado ideológico.

Neste País que pretendemos ser nosso, é necessário que comecemos a realmente legislar, e não admitir poderes maiores, porque o maior poder somos nós.

Srs. Deputados, tenho em mãos decisão do Juiz Evandro Gueiros, da Justiça Federal do Rio de Janeiro, transcrita no "O Estado de São Paulo", de setembro deste ano: (Lê):

O JUIZ DECIDE CONTRA ATESTADO IDEOLÓGICO.

O juiz Evandro Gueiros, da Justiça Federal, concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pelo psiquiatra Washington Loyello contra a Faculdade de Medicina e Cirurgia, que está exigindo dos candidatos ao concurso para professor, a apresentação de atestado de ideologia.

O mandado requerido pelo advogado Paulo Goldrajch diz que, quando o psiquiatra tentou fazer sua inscrição, o encarregado não a aceitou sob a alegação de que estava descumprindo o item 6 do edital "estar no gozo dos seus direitos civis e políticos". Para provar essa condição deveria apresentar o atestado de ideologia fornecido pela Delegacia de Ordem Política e Social.

EXCESSO DE ZELO.

Citando o jurista João de Oliveira Filho o advogado Paulo Goldrajch sustentou que o cidadão está no gozo dos seus direitos civis e políticos, se o título de eleitor estiver em dia, o que foi provado por Washington Loyello.

"Por excesso de zelo", segundo o mandado, o psiquiatra obteve ainda um atestado de bons antecedentes expedido pelo

Instituto Félix Pacheco, órgão da Secretaria de Segurança.

A ação do psiquiatra contra uma escola do governo, a Faculdade de Medicina e Cirurgia pertence à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, está gerando expectativas nos meios acadêmicos do Estado, porque uma outra entidade federal — a Universidade Federal Fluminense — também está exigindo o atestado de ideologia para a contratação e recontração de professores”.

Mas no Paraná se vai além! Está a se exigir que, para um cidadão, para um jovem estudar na Universidade, tenha ele de apresentar atestado passado pela DOPS.

Por isto é que, nesta oportunidade, fazemos um requerimento de votação nominal, eis que é necessário que neste momento esta Assembléia tome posição, posição esta coerente com a lei, coerente com o Parecer deste Juiz que concedeu o mandado de segurança, coerente com as palavras do Sr. Secretário da Educação, e que se aprove este requerimento que, infelizmente, para desgraça desta Casa, porque ficará transcrito nos seus Anais, traz um Parecer da Comissão de Polícia, verdadeira obra-prima do fascismo que imperou há alguns anos atrás, quando a preocupação pela segurança ultrapassou até os limites da Lei de Segurança Nacional.

É o apelo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se acabe com esta violação à lei, legislando, e proibindo que inspetores mal informados, que diretores mal informados exijam, de alunos e professores e de funcionários, atestados que não são necessários, criando — volto a repetir — nas palavras do Deputado Jurandir Messias na Comissão de Constituição e Justiça, uma grande mão-de-obra no início do ano, a todos os Deputados, a correrem a todas as delegacias especializadas para retirarem, de lá, atestados de ideologia política.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Continua em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É de fato bem colocada a definição do nobre Deputado Deni Schwartz, no momento em que aviva que seria melhor encerrarmos as atividades do Parlamento do Paraná, do que aceitar, caladamente, aceitar humildemente, a humilhação que se impõe ao professor deste Estado.

A exigência do atestado de ideologia é um ato denigrante e que fere violentamente a formação do professor, cujo grau de cultura deve ser respeitado.

Parece até que pretende estabelecer um texto típico-partidário, “ateste-se que está com o Governo”, “ao contrário, morra de fome”.

Não se pode admitir que aconteça isto, neste País.

Não se pode permitir que fatos desta natureza continuem acontecendo. E a responsabilidade de contestação deste fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é simplesmente da bancada da Oposição, da bancada do meu Partido. A responsabilidade muito maior é da bancada governista deste Parlamento.

Porque, todos nós, os 54 Deputados, Representantes do povo, neste Parlamento, firmamos um juramento de consciência e de responsabilidade: “o de defender, acima de tudo, os direitos do povo”, ou de “contrariar, acima de tudo, as imposições cheias de maledicência, de determinativas das mais esdrúxulas”, como é o caso do atestado de ideologia política.

Este Parlamento que já tem passado, por muitas vezes, por subserviente às determinações do super-Poder, para sua honra, para sua dignidade, para seu próprio respeito, deve tomar um novo rumo.

Deve sentir que fato como esse não deve ser acatado.

Deve sentir que fato como este deve ser benvindo, nesta Casa de Leis.

Porque, fatos desta natureza, caracterizam perfeitamente, a humilhação do Poder ao seu povo.

Os Juízes se levantam contra o atestado ideológico, que será exigência curricular de complementação até para que o aluno possa participar do vestibular e ingressar em uma das Faculdades de nossas Universidades.

O povo é contra, porque ouve-se falar, nos quatro cantos deste Estado, uma manifestação de contrariedade e esse absolutismo do Poder.

E nós que somos olhados como Representantes de povo, que para aqui viemos para assim proceder, iremos, se aprovado, mais uma vez decepcionar aquele povo que já está cansado de escolher os homens e sentir-se decepcionado por eles.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vejamos aqui o que diz “O Estado de São Paulo”, numa nota da sua sucursal do Rio. (Lê): “O juiz Evandro Gueiros, da Justiça Federal concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pelo psiquiatra Washington Loyello contra a Faculdade de Medicina e Cirurgia, que está exigindo dos candidatos ao concurso para professor a apresentação de atestado de ideologia.

O mandado requerido pelo advogado Paulo Goldrajch, diz que, quando o psiquiatra tentou fazer sua inscrição, o encarregado não a aceitou sob a alegação de que estava descumprindo o item 6 do edital “estar em gozo dos seus direitos civis e políticos”. Para provar essa condição deveria apresentar o atestado de ideologia, fornecido pela Delegacia de Ordem Política e Social”.

Não existe forma mais violenta para deprimir um povo; não existe meio mais eficiente para recalcar a cultura de uma Nação; não existe violência mais violenta do que a imposição do poder, principalmente no exigir que o cidadão rasgue os sentimentos de sua liberdade e confesse a sua idéia política, principalmente na oportunidade em que o País tem somente dois Partidos, dois Partidos revestidos dos fundamentos mais legais. Constituídos através da mesma Lei, assinado e subscrito e acima de tudo sancionado pelo mesmo Presidente da República.

Determinativa desta natureza fere a consciência, desrespeitada a honra e a cultura e indignifica a própria Nação Brasileira.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderíamos deixar de, nesta oportunidade usar da tribuna, para dizer à este Parlamento que somos contra a exigência do atestado de ideologia política.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Continua em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Havendo declinado, continua em discussão. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero justificar a minha posição, quando votei contra o requerimento do eminente Deputado Deni Schwartz, que pedia a votação nominal. Creio que nós, nesta Casa, votamos com independência e inteira liberdade. Acho justo o projeto apresentado que ora está em discussão. Nós sabemos da dificuldade que tem o aluno que vai procurar fazer a inscrição para um vestibular. A dificuldade do professor do interior de conseguir a certidão e que, muitas vezes, encaminha por intermédio do Sr. Depu-

tado, para retirar a certidão precisa de uma procuração, sem o que não consegue. Devido a toda essa burocracia nós votamos favorável ao projeto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Continua em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 138/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 256/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de APUCARANA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 138/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de APUCARANA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Pe. Antônio Vieira e o Grupo Escolar Vereador José Ramos de Oliveira, do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 256/76

A presente Proposição número 256/76, oriunda de Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de APUCARANA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 139/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 262/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Cambará, objetivando execução de reparos no prédio da Escola de Aplicação Rosa Saporiski, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 139/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S V O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Cambará, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação Rosa Saporiski, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 262/76

A presente proposição número 262/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Cambará, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 140/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 263/76, Mensagem número 68/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de reparos nos prédios de Unidades Escolares da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 140/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de CIDADE GAÚCHA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Arthur Bernardes e o Grupo Escolar D. Bosco.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 263/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 68/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Cidade Gaúcha, objetivando a execução de reparos nos prédios onde

funcionam o Ginásio Estadual Arthur Bernardes e o Grupo Escolar D. Bosco.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 141/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 265/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONTENDA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Puericultura e o Grupo Escolar João Franco. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 141/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONTENDA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Puericultura e o Grupo Escolar João Franco, do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 265/76

A presente Proposição 265/76, oriunda de Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao Termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONTENDA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de Convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 142/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 271/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JACAREZINHO, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 142/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de JACAREZINHO, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual Rui Barbosa, Grupo Escolar Vila São Pedro, Grupo Escolar Almirante Barroso, Grupo Escolar Rafael Fagá e Casa Escolar Virgem Poderosa.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 271/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 68/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 05 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de JACAREZINHO, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual Rui Barbosa, Grupo Escolar Vila São Pedro, Grupo Escolar Almirante Barroso, Grupo Escolar Rafael Fagá e Casa Escolar Virgem Poderosa.

Cumpra desta forma, o Senhor Governador, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, na qualidade de Líder da ARENA, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Ezequias Losso, Accioly Neto e Jorge Sato, para integrarem a Comissão Especial que deverá apreciar a emenda ao Art. 47, inciso 20, da Constituição Estadual. — **Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, na qualidade de Líder do MDB, indicando os nomes dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Lineu Turra, para comporem a Comissão Especial que estudará a Emenda Constitucional. — **Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, na qualidade de Líder da Bancada do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Enéas Faria e Adalberto Daros, para comporem a Comissão Especial que estudará sobre o transporte coletivo na região metropolitana de Curitiba. — **Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jamil Mussi, ocorrido em Ponta Grossa. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria de Agricultura, encarecendo providências visando o combate à doença estranha que vem dizimando o rebanho suíno. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná SA., reiterando solicitação no sentido de que seja instalada uma agência desse estabelecimento de crédito no distrito de Boa Vista da Aparecida, município de Leônidas Marques — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a constituição de uma comissão Geral, para ouvir os Srs. Dr. Paulo Pimentel, diretor-presidente da editora "O Estado do Paraná", Oscar Martínez, diretor-presidente do jornal "Diário do Paraná" e João Milanez, diretor do jornal "Folha de Londrina" e Sr. Secretário dos Transportes, sobre a distribuição de verbas oficiais de Divulgação e Publicidade e sobre possível discriminação nesta distribuição. — Em votação. —

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, o requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, requer a constituição de uma Comissão Geral para esta Assembléia, fundamentado no artigo 35 do Regimento Interno e impõe, preliminarmente, que algumas dúvidas sejam esclarecidas.

O Art. 35 estabelece que "A Assembléia poderá constituir-se em Comissão Geral para o estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado, desde que a sua maioria o resolva, a requerimento escrito de qualquer Deputado".

O requerimento está fundamentado neste artigo do nosso Regimento Interno. Algumas questões foram apontadas, algumas dúvidas foram suscitadas, alguns pontos parece não foram defendidos. Assim sendo, é quase que necessário que a Mesa, respondendo a Questão de Ordem, desde já, esclareça quais as prerrogativas, quais as competências que dispõe a Assembléia, constituída em Comissão Geral, para que estas dúvidas, para que estas omissões, para que isto não venha preocupar o espírito dos Srs. Deputados na oportunidade da aprovação do requerimento.

É a Questão de Ordem que formulo à Mesa. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Gostaria, primeiro, de responder a Questão de Ordem formulada pelo Sr. Deputado Enéas Faria.

Respondendo a Questão de Ordem formulada pelo nobre Deputado Enéas Faria, a Presidência entende que a Comissão Geral solicitada para ser constituída nesta Assembléia Legislativa, ela terá fundamentalmente caráter eminentemente opinativo, nos termos propostos pelo Artigo 35 do Regimento Interno.

O SR. ENÉAS FARIA — Quero crer que não fui muito explícito, muito claro na formulação daquela Questão de Ordem. Preocupo-me, na constituição da Comissão Geral desta Assembléia, no que respeita às atribuições literárias a prerrogativa literária, usando a dúvida argüida ontem pela eminente liderança da ARENA, poderá esta Comissão Geral, terá ela prerrogativa para intimar, convocar autoridades ou pessoas que entender necessárias?

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) A Presidência se permite responder a segunda interrogação invocada pelo nobre Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, há no Regimento Interno da Casa um outro dispositivo que trata de Comissão Geral.

O SR. TRAJANO BASTOS — Artigo 64.

O SR. ENÉAS FARIA — Exatamente.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu insisto numa Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Esta Presidência atende a sua solicitação em questão de ordem.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente. Não veja V. Exa., nenhuma impertinência da parte deste Deputado. Todavia

Sr. Presidente estamos aqui discutindo sobre o pressuposto de

assim, transformar a Assembléia em Comissão Geral. Quer me parecer que antes de tudo deverá o Plenário decidir sobre a validade da pretensão do eminente Deputado subscritor do Regimento. Se aprovado o requerimento discutiremos à luz dos dispositivos regimentais, esclareceremos as dúvidas levantadas pelo eminente Deputado Enéas Faria. Ora, a questão de ordem que levanto, Sr. Presidente, e continuamos acreditando que estamos discutindo...

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas para encaminhar mais uma observação sobre a questão de ordem que levanto e agora à luz do que esclarece o Deputado Ivo Thomazoni. Parece que o Requerimento em questão de ordem não se interpõe nem pressupõe nada menos do que uma regra já estabelecida antes da existência do requerimento que solicita a constituição de Comissão Geral, e antes da formulação desta Questão de Ordem, o nosso Regimento, já tão antigo, estabelece que deve existir e que apenas não se disciplina em minúcias, não tece em detalhes, não é, Sr. Presidente, razão por que me parece que, preliminarmente, deva a Mesa se pronunciar, porque à Mesa caberá presidir e conduzir os trabalhos da Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) A Presidência informa a V. Exa. que, tendo em vista o caráter "sui generis" do requerimento formulado por S. Exa. o Sr. Deputado Trajano Bastos, "sui generis", no sentido de que, pela primeira vez nesta Casa, é formulada a solicitação de constituição de uma Comissão Geral, nos termos do Regimento Interno, a Presidência pode apenas lhe informar que o conduzimento da Comissão Geral será efetuado nos termos do Regimento Interno desta Casa e nos termos da Constituição do Estado do Paraná.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, esta a posição oficial e definitiva da Mesa..

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Em resposta à sua Questão de Ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu fico muito agradecido e satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Em votação o requerimento do Deputado Trajano Bastos. Antes porém, o requerimento do Deputado Deni Schwartz, em que solicita votação nominal para o requerimento apresentado pelo Deputado Trajano Bastos. Em votação o requerimento do Deputado Deni Schwartz. — APROVADO. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Trajano Bastos. Convido o Sr. 1.º Secretário para que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Antes que seja efetuada a chamada nominal, Sr. Presidente, nesta Casa, tanto o Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Paulo Camargo, como o Deputado Aguinaldo Pereira Lima, 1.º Secretário da Casa, responderam presente. Assim, de conformidade com o Artigo 25 do Regimento Interno, requeiro a V. Exa. que se cumpra o Regimento Interno, assumindo a Presidência o Deputado Paulo Camargo e na primeira Secretaria o Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Convido o Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima para, regimentalmente, assumir

O SR. IVO THOMAZONI — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Aguinaldo Pereira Lima) Não estando presente o Sr. 1.º Vice-Presidente, convido o Sr. 2.º Vice-Presidente para assumir a Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Em votação o requerimento do eminente Deputado Trajano Bastos de Oliveira, com votação nominal.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada dos ilustres Deputados, e os Deputados que votarem favoravelmente deverão responder "sim" e os contrários, evidentemente, negativamente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) A Presidência indaga do Deputado se está solicitando a palavra para encaminhamento da votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sim.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, pela ordem.

Já que foi determinada a tomada de votos, quer me parecer que não se deva conceder a palavra para o encaminhamento da votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu já havia pedido a palavra antes

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) V. Exa. há de convir, eminente Líder da ARENA, que há um requerimento que promoveu uma alteração na Comissão Executiva que dirige os trabalhos nesta oportunidade, nesta Casa Legislativa. E, assim sendo, nós, para fazer valor o direito, vamos consultar ao eminente Deputado que presidia a Casa, se realmente se encontrava superada a oportunidade de se solicitar o encaminhamento da votação.

O Deputado que presidia a sessão, confirma que se encontrava então, em condições, de se dar encaminhamento à votação.

Esta Presidência concede a palavra ao Deputado autor do requerimento.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabem V. Exas., que ao tomarmos esta atitude de propor que esta Assembléia se constitua em Comissão Geral teve a sua origem na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada e instalada com a finalidade de apurar se as despesas com publicidade, obedecem a especificação orçamentária e também se essas aplicações vinham sendo feitas sem discriminação de qualquer natureza.

Muito bem. Srs. Deputados.

No dia 15 de setembro fomos surpreendidos naquela Comissão, com um requerimento de iniciativa do ilustre Deputado Basílio Zanusso, que propunha o encerramento da fase de instrução daquela CPI. Isto vale dizer que pretendia o ilustre Deputado, membro daquela Comissão, encerrar a fase de instrução, ou seja, a tomada de depoimentos de pessoas já arroladas e convocadas e cuja convocação já havia sido anteriormente aprovada pela mesma Comissão.

Em minoria naquela Comissão, não nos restava outro caminho, senão o de propor a esta Casa, a um colegiado mais amplo, fossem as testemunhas arroladas já anteriormente, ouvidas por uma Comissão Geral, para que não ficassem a dever ao povo do Paraná uma satisfação.

Porque "sui generis" foi também a atitude da maioria naquela Comissão, que entendeu de interromper seus trabalhos, numa atitude que, sinceramente, não posso entender. Com aquela atitude, referendada pela maioria situacionista que compõe aquela Comissão, deixava mal colocada, perante a opinião pública, deste Estado, a Comissão Parlamentar de Inquérito em sua totalidade. E não só a CPI, como toda esta Assembléia.

Quer nos parecer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não nos restava outra alternativa. Hão de entender os ilustres Srs. Deputados deste Parlamento, que não poderíamos fazê-lo sob pena de arcarmos com as consequências perante o julgamento da opinião pública deste Estado, de levarmos à frente uma lição que nos propusemos levar e cuja razão até agora não explicada, numa tentativa de amordaçar, de sepultar uma CPI da importância daquela. Deixou-se de ouvir um dos arrolados, exatamente aquele que foi acusado publicamente pelo Governador deste Estado, durante seu Governo, ter subvencionado a imprensa

sa do Paraná, acusação que não partiu deste Deputado nem de nenhum Deputado da minha bancada, mas exatamente do Governador do Estado.

Quer me parecer, Sr. Presidente, que a pretensão adotada pela maioria situacionista que compõe aquela Comissão é muito simplista. Bastaria um requerimento, na comodidade de uma maioria, para que se relegasse aos arquivos desta Casa, pura e simplesmente uma Comissão de Inquérito. E vamos mais longe. Não poderia esta Comissão ser interrompida, pelos motivos que já deixamos bem claro em nosso requerimento.

E mais ainda: porque este mesmo Plenário já havia aprovado a convocação do Sr. Osires Stenghel Guimarães, Secretário dos Transportes, e, com um despacho inteligente do Presidente desta Assembléia, foi encaminhado para a CPI e, ficou num pingue-pongue.

Foi desrespeitada uma decisão soberana deste Plenário. Além disto, se assim deixarmos que corram as águas, este Poder estará abrindo mão do seu poder de fiscalização.

Eu me pergunto e pergunto a V. Exas.: para que fomos trazidos a esta Casa, senão para exercermos o intangível direito de fiscalizar os atos do Governo? E não posso afirmar — diga-se de passagem — que tenha este Governo ou os anteriores, aplicado com discriminação as verbas de publicidade, mas, também não posso passar o atestado de idoneidade ao Governo, porque fomos impedidos de fiscalizar e de chegarmos à verdade. E é isto que eu não quero, Srs. Deputados, isto que não querem os homens da nossa bancada e, acredito, os da ilustre bancada da ARENA, porque digo sinceramente, e creio, será uma satisfação para este Deputado, que cheguemos ao final daquela Comissão com uma averiguação aberta, sem injunções sem a preocupação de resguardar interesses inconfessáveis.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Esta Presidência lembra ao nobre Deputado, que V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. TRAJANO BASTOS — Obrigado, Sr. Presidente.

Daí a razão. Já que a CPI é constituída para tal fim, não quis levar a bom termo sua missão. É isto que eu proponho, Sr. Presidente, Srs. Deputados — para que esta Assembléia se constitua em Comissão Geral e que leve a bom termo a missão que não conseguiu levar a CPI da Imprensa, porque foi obstada arbitrariamente pela maioria esmanagora da bancada situacionista, insensível aos nossos apelos para que aquela Comissão continuasse.

Esta é a justificativa, Sr. Presidente, que fazemos a todos os Srs. Deputados que compõem este Poder. Vamos zelar pelo bom nome deste Legislativo, vamos dar uma demonstração ao Paraná e ao Brasil, de que, os homens que compõem esta Comissão, são realmente independentes, e não querem outra coisa senão o esclarecimento da verdade. — (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Continua em discussão o requerimento do nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, no encaminhamento da votação deste mesmo requerimento, o Deputado Ivo Thomazoni, digníssimo Líder do Governo, afirmou que os membros da CPI já estavam satisfeitos e que, na documentação entregue à Casa, não foi possível constatar-se nenhuma irregularidade quanto à aplicação ou quanto à discriminação na distribuição de verbas à publicidade.

Como autores que fomos do requerimento que constituiu a CPI, estamos, agora, a esclarecer que, desse pensamento nós não compartilhamos pois continuamos na dúvida quanto à fiel aplicação das verbas, como também temos elementos para justificar dúvidas quanto à não discriminação de órgãos da nossa imprensa.

No dia 28 de março de 1976, o jornal "GAZETA DO POVO", publicava, em sua edição de domingo, o seguinte: "Por outro lado, Canet disse que não havia inventado o sistema de subvenções aos órgãos de Imprensa", afirmação do Sr. Governador: "não havia inventado o sistema de subvenções". "Tal método vem sendo usado há muito tempo, inclusive durante os 5 anos do governo do Sr. Paulo Pimentel".

Está aí a afirmação do Sr. Governador sobre a existência de subvenções. Ou elas existem, ou o Governador é mentiroso. Ou uma ou outra coisa. Ou S. Exa. é mal informado, porque as afirmações são do Sr. Governador, que "as subvenções existiam, inclusive, no governo do Sr. Paulo Pimentel".

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não nos julgamos satisfatoriamente informados, pois o homem que foi enfocado nominalmente, Paulo Pimentel, acusado de subvencionar inclusive seus próprios jornais, não pôde ser ouvido.

É importante também que se diga: tenho em mãos as notas taquigráficas das diversas sessões daquela CPI. É importante que se diga que, à exceção do Sr. Relator, nenhum dos Srs. Deputados da ARENA, membros da CPI, fizeram, ou faziam perguntas aos elementos que lá compareceram, dizendo-se satisfeitos com as respostas.

É interessante, também, Sr. Presidente, que, quebrando uma praxe que vinha sendo adotada naquela Comissão, como é dotada também da CCJ, na última sessão, os Deputados que se encontravam em seus Gabinetes, Waldenício Barbalho e este Deputado, não foram notificados do início da sessão.

E faço essa ressalva porque o Líder do Governo falou que ficou aguardando 50 minutos para iniciar a sessão. Mas, não foram 50 minutos e sim, 30 minutos. Estava presente o Deputado Trajano Bastos e, com 30 minutos de atraso, depois de notificado por esse Deputado cheguei.

Mas, Srs. Deputados, como o Relator da matéria, o Sr. Líder do Governo, já se disse suficientemente informado de que não houve discriminação, que não houve má aplicação das verbas, antevemos o seu relatório. E por isso nos julgamos liberados para citar dados fornecidos pelo próprio Governo e que provam que houve discriminação.

Trouxe o nobre Deputado Adalberto Daros, ao conhecimento da Casa, um fato, até certo ponto criminoso, de discriminação. Fato esse que, agora, comprovamos pela aplicação de 1976, portanto neste ano, das verbas do DER. Enquanto, neste ano, o "Diário Popular" recebeu 142 mil e 276 cruzeiros; enquanto a "Gazeta do Povo", que pode ser considerado como um dos maiores, senão o maior jornal do Estado, recebeu do DER, cento e dezessete mil quatrocentos e doze, com sete edições semanais. O famigerado "Jornal dos Bairros" recebeu este ano, cento e trinta mil, trezentos e oitenta cruzeiros, só do DER. Isto equivale, Srs. Deputados, a cinco cruzeiros e cinquenta centavos o exemplar para publicar editais que já não tinham mais razão de ser, porque publicados posteriormente à data da concorrência a que se referiam.

Mas não foi só isso, Srs. Deputados. Pelo Governo J. B. Editora que é a mesma que publica o jornal, recebeu mais trinta mil seiscientos e quarenta, o que equivale a mais um cruzeiro e dez centavos por exemplar, ficando o valor de um "Jornal dos Bairros", pelo bolso do povo paranaense para ser distribuído nos bairros, ou na cidade de Curitiba, por seis cruzeiros e sessenta centavos o exemplar.

Talvez esses dados sejam enfadonhos e nestes dados nós temos que, em 76, duzentos e quarenta e dois mil cruzeiros já foram gastos com o célebre Instituto Galo, em pesquisa a que o povo não teve acesso. Temos aqui, além de outros dados, um dado que o povo paranaense precisa saber. Em 1975 o Governo do Estado do Paraná gastou um milhão e duzentos mil cruzeiros, com a fantasma Guavira Publicidades Ltda., que nós infelizmente não descobrimos de onde era. Para pagar o "Paraná, Terra de Todas as Gentes," um milhão e duzentos mil

cruzeiros Srs. Deputados, aplicados em 1975 como pagamento a uma publicação, a que o povo paranaense não teve acesso.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pinçando outros dados deste trabalho, diga-se de passagem que nos parece muito honesto, do Governo e muito completo de todas as Repartições, iríamos encontrar outras incoerências, como o fato de uma pequena Rádio de Porto União, Santa Catarina, ter recebido cento e oitenta e um mil cruzeiros em 1975, enquanto uma das maiores de Curitiba com penetração em todo o Estado, recebeu cerca de sessenta mil cruzeiros. Isso Srs. Deputados, nos parece ser discriminação; nos parece ser uma má aplicação do dinheiro público.

Mesmo que o Tribunal, mesmo que essa Assembléia reconheça a legalidade do uso dessas verbas, vejamos os Srs. Deputados se não temos o direito de dizer que, se abrimos mão dos nossos poderes, não haverá razão de estarmos aqui.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Pela ordem, com a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, se falou em crime de responsabilidade. Sr. Presidente, para conhecimento da Casa, que desconhece que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída para analisar os gastos do Governo com publicidade e divulgação, quero dizer que nos dados aqui anunciados pelo Sr. Deputado Deni Schwartz, foram remetidos a esta Casa, pelo Executivo, com toda a responsabilidade do Governo do Estado. E nós afirmamos, Sr. Presidente, o Executivo responde por toda e qualquer má aplicação dos dinheiros públicos que por ventura tenha feito.

Não se pode nesta Casa, Sr. Presidente, admitir que se acuse o Governo em ter aplicado incorretamente o orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência solicita ao ilustre Deputado Ivo Thomazoni, para que promova essas considerações em outra oportunidade e não através de Questão de Ordem, pois não encontra esta Presidência solução regimental para atender a Questão de Ordem de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, farei menção ao dispositivo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Solicitei a V. Exa. e solicito que aponte a irregularidade que vem prejudicando os trabalhos parlamentares desta Casa. E solicito, também, que aponte o dispositivo regimental.

O SR. IVO THOMAZONI — É o que pretendo fazer, Sr. Presidente, assim que deixar de dialogar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — V. Exa. é que contraria o Regimento Interno quando busca dialogar com o Presidente.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, pelo Regimento Interno, V. Exa. não desconhece, estou impedido de, nesta sessão falar no encaminhamento da votação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Perfeitamente.

O SR. IVO THOMAZONI — Estão surgindo, Sr. Presidente, fatos relatados da tribuna que não condizem com a verdade e não estamos aqui para continuarmos a ouvir.....(soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência não encontra

meio regimental que possibilite que V. Exa. continue com o uso da palavra indevidamente através de Questão de Ordem.

Com a experiência que tem V. Exa., da atividade legislativa, sabe que a Questão de Ordem deve ser utilizada tão somente quando há irregularidades, quando acontecimentos inconvenientes estejam ocorrendo na sessão.

V. Exa. poderá utilizar da palavra posteriormente, em Explicação Pessoal, para oferecer à Casa os esclarecimentos que deseje.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. não considera inconveniente a atitude de assaque contra os ilustrados Deputados do meu Partido, membros da C.P.I., de subserviência...

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência solicita que se desligue o microfone do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e cassa-lhe a palavra por desrespeito e descumprimento do Regimento Interno desta Casa. Continua em votação o requerimento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Tem a palavra para encaminhar a votação o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. IVO THOMAZONI — Mais uma vez, Sr. Presidente, V. Exa. deixa de conceder a palavra a um Deputado da minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência promoverá a inscrição do Sr. Deputado Basílio Zanusso para usar da palavra após o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não era nossa intenção usar da palavra para encaminhar a votação, todavia não pude me furtar a isto ao ouvir as palavras do Deputado Ivo Thomazoni que disse que alguns aspectos abordados nesta tribuna não dizem a verdade.

Seria mentira o que levantamos desta tribuna, há tempos atrás, como relação ao "Jornal dos Bairros", que todos conhecem, o qual recebeu, segundo informações do Governo, 130 mil cruzeiros?

Esses editais foram publicados para promover, e a verdade precisa ser dita, a campanha de candidato a Vereador pela ARENA em Curitiba. Seria isto mentira?

Ou será que os dados que o Governo forneceu são mentirosos?

130 mil cruzeiros para um pasquim, para um semanário que não diz nada, seria isto mentira?

Tanto foi dito, Sr. Presidente, que não devemos repetir.

Todos sabem da atitude que a bancada da ARENA irá tomar; todos sabem como sempre foi conduzida essa CPI; de que forma se comportaram os componentes da ARENA na CPI, que não querem que se mostre a verdade, que fazem e desfazem dentro dessa Comissão simplesmente porque têm a maioria; que convocam e desconvocam. Mas, a verdade deve ser dita.

Já estamos antevendo o que vai acontecer. A maioria sempre vence, é evidente.

Mas às vezes, a consciência faz com que não se durma bem, Sr. Presidente, razão pela qual, eu encerro as minhas palavras para depois disso dormir tranquilo, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Com a palavra, para encaminhar a votação, o Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era intenção minha vir a esta tribuna falar sobre assunto tão conhecido pela Casa, mas motivado pelas palavras do Deputado Deni Schwartz, do Deputado do meu comporta-

mento e dos demais companheiros de bancada da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou as possíveis irregularidades, porque procurou atender os objetivos do documento que a constituiu.

E realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não me lembro de interferência minha por ocasião das perguntas que os membros da Comissão dirigiram aqueles que lá estiveram depondo. Sabem por que?

Porque nós tínhamos conhecimento de um requerimento de um dos integrantes daquela Comissão, e aprovado, dirigido ao Executivo, solicitando que fosse encaminhada à Comissão, a documentação, toda a documentação de dez anos para cá, relativa às despesas, pagamento, credores, recebedores e despesas efetuadas por divulgação pelo Estado do Paraná.

E se em momento algum eu fiz uma pergunta àquela dezena ou mais de depoentes, brilhantes até, que lá estiveram representando a Imprensa do Paraná, é porque no meu entendimento, e isto eu digo no meu nome, das considerações expendidas por todos eles, ou por depoimentos outros que viriam, a mim não interessava mais.

Considerações pessoais do que seria discriminação porque nós deveríamos estar discutindo aqui, como iniciou o discurso o Deputado Deni Schwartz, da justiça da legalidade ou não das verbas despendidas para pagamento de tais despesas.

Isto nenhum dos Srs. Deputados do MDB fez alusão que quem não tinha para receber, tenha recebido, ninguém falou.

Estou entendendo até, que me permitam os ilustres membros da bancada, os mais interessados principalmente no assunto, que não tenham tempo talvez, de estudar a matéria, porque quer me parecer que mais de 800 folhas datilografadas a C.P.I. recebeu do Executivo dando as informações solicitadas, e nenhuma dúvida foi levantada sobre tal documentação ou naquilo que nela se insere.

Daí, Sr. Presidente, a minha presença aqui para dizer que voto contra o requerimento do Deputado Trajano Bastos, porque ele é altamente político, só tem finalidade eleitoreira, só tem finalidade político-partidária, e é justo que eu o faça porque estamos em vésperas de eleição, para trazer aqui, para trazer lá na C.P.I., ou na Assembléia, para trazer aqui.....

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência concede a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Regimentalmente, Sr. Presidente, eu solicito, apenas para lembrar que V. Exa., como tem sido até aqui, permita que os oradores da Arena também façam uso da palavra sem que os oradores do MDB venham, acobertados pela Mesa, interferir no pronunciamento dos nossos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência defere a questão de ordem do eminente orador, mas não aceita a insinuação do eminente Deputado, considerando que temos primado pela ordem na condução dos trabalhos desta Casa.

Permanece com a palavra o eminente Deputado Basílio Zanusso e descontado o tempo utilizado pelo nobre Deputado e por esta Presidência ao responder a questão de ordem.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Daí este Deputado votar contra o requerimento que se discute e que se encaminha nesta oportunidade. Quanto às palavras do Deputado Adalberto Daros, que fez menção ao "Jornal dos Bairros", quero dizer ao ilustre Deputado, que o Líder da bancada, Deputado Ivo Thomazoni fará, oportunidade, dará a V. Exa. esclarecimentos necessários, porque só não o faz nesta oportunidade porque regimentalmente está impedido, e se houver alguém que agiu de má fé, será responsabilizado pelo Governo e o Governador

que está a governar o Paraná, graças a Deus não é um homem da personalidade que disse e referiu-se o nobre Deputado Deni Schwartz, dizendo da dúvida do seu caráter, da sua personalidade, que ao contrário, é homem de bem, aliás, é homem digno, e é com isso que o povo do Paraná está preocupado. O povo paranaense quer e exige mais estradas, mais escolas, mais educação, mais saúde. É o que se está fazendo. Ao finalizar, Sr. Presidente, ainda dois motivos maiores foram objetos da criação da CPI. Um deles eu me referi, que era o de que as despesas pagas atinentes à dotação orçamentária, recursos regulares, estão aí os documentos. Quanto à segunda, para se verificar da discriminação, é altamente discutível, Sr. Presidente. Será que no Governo do Estado, qualquer um dos integrantes do MDB haveria de dotar, de efetuar despesas maiores com órgãos da imprensa, não fariam outra coisa se não criticá-los, será que haveria esta discriminação ou indiscriminação? Portanto, é assunto altamente político também. Por isso, e desta forma é que eu repito, respeitando o requerimento do Deputado Trajano Bastos, eu entendo simplesmente e tipicamente político-partidário em vésperas de eleição. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Del Ciel — Continua em discussão e votação o requerimento do Sr. Deputado Trajano Bastos. Com a palavra o Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já está comprovado que não existe ainda sistema de Governo mais perfeito do que o democrático.

A Administração Pública, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se sustenta sobre estes três tripés: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

E, para que a democracia, Sr. Presidente, possa ser exercida em sua plenitude, é necessário, Sr. Presidente, que ela seja exercida sob o império supremo da lei da justiça.

É necessário que os governantes possam pautar as suas condutas pela verdade.

É profundamente triste e lamentável, Sr. Presidente, quando sintomaticamente se observa que numa Assembléia Legislativa determinado partido político tenha que aceitar de joelhos a imposição do Poder Executivo, e não poderá jamais a bancada da ARENA nesta Casa, dizer à opinião pública do Paraná que aqui não se processa isto. Por que?

Se nós não concedemos o beneplácito para que o instrumento de lei do prezado Deputado Trajano Bastos possa trazer nesta Casa o ex-Governador Paulo Pimentel, que foi a motivação principal para que se formasse a Comissão Parlamentar de Inquérito da Imprensa; se aqui se nega ao povo do Paraná, ouvir, através de seus legítimos representantes desta Casa, o Secretário dos Transportes, Sr. Osires Stenghel Guimarães, envolvido nessa tramóia com o jornal aqui referido; se aqui não se traz o Sr. João Milanez, dirigente da "Folha de Londrina", e o Sr. Oscar Martinez, dirigente deste jornal "Diário do Paraná", que vêm aqui nesta Assembléia, com a motivação quase que específica de tentar ridicularizar a bancada do MDB, é porque se teme alguma coisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é porque alguma coisa está cheirando mal nas atitudes do Governador Jayme Canet Júnior na distribuição das verbas e subsídios à imprensa.

Nós não somos, absolutamente, contra se pagar a publicidade com o dinheiro público, porque a imprensa sempre caminhou ao lado do Poder Legislativo, repartindo as glórias do Poder Legislativo, mas, também, sofrendo nos dias de amarguras que a democracia tem passado em nossa Pátria, por administradores, por políticos, por dirigentes que não conseguiram ainda sentir no seu espírito a sensibilidade popular, o bafejo deste sistema de Governo, perfeito e conveniente sob todos os aspectos.

O que teme o Sr. Jayme Canet Júnior?

Por que cercear o Poder Legislativo de ir até o fim e até quando ele desejar para que se possa estabelecer a verdade e evitar injustiça no julgamento?

Ora, isto é básico, isto é primário, Srs. Deputados da ARENA.

Quando mais se dissecar o problema, quanto mais oportunidade se der a esta Casa de discutir determinado assunto, é evidente que as soluções serão mais primorosas, as condições em busca de elementos para se estabelecer um critério justo para julgamento, serão muito mais perfeitas.

O que teme o Sr. Jayme Canet Júnior?

Que se prove aqui uma malversação do dinheiro público e que se proponha por esta razão, nesta Casa, a cassação de seu mandato de Governador?

Não seria mais conveniente que S. Exa. e aqueles Deputados que estão aqui para o bajular aceitassem

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO (Pela Ordem). Sr. Presidente, novamente volto a solicitar a V. Exa.

Talvez por distração da Presidência, o orador está proferindo ataques pessoais e cabe tão somente a V. Exa., a exemplo do que fizeram com o Deputado Ivo Thomazoni, repetir a sua autoridade no momento devido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — O Regimento desta Casa é sábio e permite a todo e qualquer Deputado que tem assento na Casa, quando constatado o uso indevido de palavras, requerer a palavra, pela ordem.

O Deputado Valter Pietrângelo receba a solicitação desta Presidência para que se mantenha dentro do Regimento Interno, aprimorando a escolha dos adjetivos, principalmente, quando se dirigir aos Deputados que compõem esta Casa, de ambas as bancadas.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Não estou acusando ninguém.

O que acho desrespeitoso, até ao Sr. Governador, até às autoridades envolvidas neste assunto, é se negar que se prossiga neste trabalho de inquérito, para se estabelecer a verdade para concluir o que se iniciou.

É perfeitamente normal, lógico e necessário que a imprensa receba o dinheiro público, porque a imprensa exerce, efetivamente, um serviço de utilidade pública, mas é preciso que haja equidade, que não haja discriminação na distribuição desse dinheiro público, porque ele pertence exclusivamente ao povo.

É necessário, Sr. Presidente, evitar que se utilize a verba de publicidade do Orçamento do Estado, no intuito desrespeitoso, inaceitável adotado pelo Sr. Governador do Estado, pelo Sr. Ney Braga, Ministro da Educação e da Cultura

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, já vemos maus prenúncios para esta sessão, porque os insultos já são extensivos a todos pertinentes ao nosso partido, Deputados, Governador, Ministro etc.

Pediria pela última vez, Sr. Presidente, a atenção da Mesa para com o Deputado que está na tribuna, no sentido de maior prudência no seu vocabulário.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência agradece a Questão de Ordem do vigilante Deputado Quielse Crisóstomo, e solicita à Taquigrafia da Casa para que exclua dos pronunciamentos dos eminentes Deputados, possíveis termos ofensivos que por ventura tenham sido dirigidos, da tribuna desta Casa.

A Presidência somente encontra amparo, no Regimento Interno da Casa, para tomar este precaução.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, já está

claro - segundo informou o deputado Deni Scharz - principalmente, que está havendo discriminações na distribuição das verbas de publicidade deste Governo; já está claro também, Sr. Presidente, que este Governo está usando a verba de publicidade que possui, na tentativa de aniquilar o exterminar o ex-Governador Paulo Pimentel, que dirige órgãos de imprensa independentes.

E há sintomas, Sr. Presidente, de que outras atitudes ilegais não recomendáveis parecem estar acontecendo.

Por isto, é um retrocesso este Parlamento evitar que aqui venham.....

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência adverte o nobre orador, que o tempo se esgota e solicita a V. Exa., que conclua.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Concluirei, Sr. Presidente.

... que aqui venham estes também, Sr. Presidente (como dizia), que aqui comparecessem para poderem responder não somente as perguntas e as formulações do MDB, mas também e principalmente, as Questões de Ordem formuladas pelos nossos colegas que aqui estão, de maneira compreensiva buscando a aprovação desta mensagem. — (Sem revisão do orador).

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar à votação).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, para encaminhar à votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Poucas vezes participei das reuniões da CPI, mas, nas poucas vezes em que lá estive, e na fase inquisitória na fase de se poder dialogar com os convocados, na fase de se poder ouvir os declarantes e de se poder ter acesso à leitura de alguns documentos, a mim que um pouco conheço deste tipo de negócio não resta dúvida, e dúvida alguma resta de que, o Governo do Estado do Paraná é um mau cliente, aplica mal o dinheiro, em publicidade, é um mau negociante o Governo do Estado do Paraná.

Devo repisar aqui alguns exemplos que já foram até agora e aqui nesta tribuna por outros citados, devo dizer que, um cliente que aplica num jornal de circulação dirigida, num bairro de Curitiba, uma quantia superior para menos edições, do que um jornal em circulação estadual, e, para este jornal de circulação dirigida num bairro, anunciar editais de obras de longínquos municípios do Estado, sem que neste bairro haja sequer e ali esteja sediada uma empresa capaz de se habilitar ao que o edital convoca, é um mau aplicador de recursos.

Devo também citar que se editou, no Estado do Paraná, uma rica, luxuosa e custosa revista, pagando-se bem e caro pela sua edição; revista que, até hoje, não circulou e ninguém sabe onde está, pagando-se, para isso, caro e muito caro....

E aplicar mal as verbas, é ser mau cliente, é aplicar mal o dinheiro do Estado.

Devo dizer que é mau cliente e violenta todas as regras todas as regras de mídia, todas as regras técnicas de publicação, o cliente que entope os canais de televisão e as emissoras de rádio, com repetidas, permanentes, seguidas mensagens que, a esta altura, já extrapolaram, já não mais têm rendimento, e paga por isso caro, e muito caro.

É um mau aplicador do dinheiro quem assim procede.

O Governo do Estado do Paraná aplica mal o dinheiro.

E os exemplos são tantos.

A documentação aí está; as respostas foram dadas na C.P.I.

Portanto, não há dúvida que o Governo do Estado do Paraná não justifica, tecnicamente, a publicidade que faz, o dinheiro que tem.

Há discriminação na aplicação de recursos.

Há discriminação de verbas sempre que não se atender a normas técnicas, a regras consagradas, estabelecidas e conhecidas até pelos neófitos da publicidade.

No momento em que se deixa de anunciar e aqui quero

entrar em conceitos de ordem político-partidária - no momento em que se deixa de anunciar em poderosos veículos de comunicação de massa, para atirar esse mesmo dinheiro em pasquins e folhetos, ou outras publicações que nada são senão um saldo, um resíduo que pesquisas de opinião apresentam à informação, há má aplicação de verbas, há discriminação na aplicação de verbas.

O que pretendia a CPI era conhecer as razões que levaram o Governo do Estado a assim proceder?

Parece-me que este era um dos escopos da CPI.

Parece-me que este era um dos objetivos da CPI.

Srs. Deputados, a CPI proposta pela Oposição, no cumprimento de seu dever, nesta Casa, no cumprimento de suas prerrogativas e dos compromissos que tem para com o Estado do Paraná, foi, de certa forma, frustrada no momento de sua instituição.

Marginalizou-se o MDB, e aí violentando a praxe que têm vivido os Parlamentos, marginalizou-se o MDB, na sua posição, pois que as duas posições de direção, a da Presidência e a de Relator.

Mas, não faltou o cuidado, e os Srs. Deputados sabem, e os Srs. Deputados lembram, que cercou a proposta da CPI os cuidados, os caprichos que aqui vivemos, que cercou, nos dias que antecederam a proposta da CPI.

Mas não faltou o cuidado e zelo por parte do Governo, para localizar, numa posição importante desta CPI, exatamente o mais importante dos seus homens nesta Casa, que é o líder da maioria.

E aí esteve S. Exa. e aí está S. Exa., cuidando de perto da questão. Frustrou-se aí a oposição.

Mas à frente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com prazo ainda a se esgotar, frustra-se novamente o trabalho da minoria. E a CPI é eminentemente instrumento de minoria.

Frustra-se o trabalho dessa minoria, impedindo-se que os trabalhos prossigam, cerceando o direito de se continuar estudando, com uma justificativa que não justifica nada, de que os membros da maioria, nesta CPI, já estão convencidos de que tudo está certo e de que nada mais há a estudar.

Pressuposto que nós não podemos aceitar, porque preferimos pesquisar, preferimos analisar, preferimos cumprir com nossa obrigação e nosso dever.

Agora volta o MDB através do Deputado Trajano Bastos com o requerimento que aí está em votação; volta a tentar que esta Casa tenha a possibilidade de reduzindo todo o elenco de pretensões da minoria, tenha a possibilidade, pelo menos, de não discriminar, de ouvir e aqui tomar o depoimento de dois Diretores, de dois dos mais importantes jornais deste Estado.

Porque se se ouviu os demais, não há porque deixar de ouvir também esses.

Ou esses terão alguma coisa a revelar, ou esses terão alguma coisa a contar que esta Casa não possa saber?

Não acredito.

Frustra-se também ou pretende-se frustrar a audiência de um Secretário de Estado, quando outras autoridades aqui estiveram.

Frustra-se a possibilidade de se ouvir o diretor de uma cadeia de órgãos de informação e que alia isso à condição de ex-Governador do Estado e partidário do atual Governo.

Senhores, estes homens aqui vindo....

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu vou concluir, Sr. Presidente. Esses homens aqui vindo irão ferir, irão atacar o Governo? Ião revelar alguma coisa que o Governo não quer que seja colocado às claras?

Eu prefiro, Srs. Deputado, ficar numa posição diferente.

De que este Governo e Deus queira isso, de que este Governo nada tem a temer. Prefiro acreditar que este Governo seja

honesto. Prefiro acreditar que este Governo seja decente. Prefiro acreditar que nada teme e até, Srs., acreditando na independência dos Poderes, Legislativo altaneiro e altaneiro o Executivo prefiro acreditar que se assim o é, a esta altura, lá no Palácio, sabedor das posições que aqui estão se tomando deve estar em má situação o Governador do Estado, porque eles talvez pessoalmente queira colocar os pingos nos is. . .

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Nobre Deputado, seu tempo está esgotado.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu vou terminar, Sr. Presidente, fazendo um apelo aos homens da Arena, onde haverá de ter gente digna e decente; onde haverá de ter gente comprometida acima de tudo com os destinos do Paraná, para que repensem a posição, para que reestudem o problema e para que tenha oportunidade, o Paraná, de conhecer o que realmente existe nesta questão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Continua em votação o requerimento do Deputado Trajano Bastos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Para encaminhar a votação, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

A Presidência procederá a inscrição do Deputado Osvaldo Macedo. Solicitaram ao mesmo tempo e considerando que os oradores que estão constantemente na tribuna pertencem ao Movimento Democrático Brasileiro, esta Presidência deu a preferência da palavra ao Deputado do Partido Situacionista.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedida a constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, foi solicitada toda a documentação necessária à CPI, a qual foi encaminhada pelo Governo para que fossem examinadas as despesas com divulgação e publicidade. Essas atenderam as especificações orçamentárias, com autorização legislativa.

Em nenhum momento, durante as reuniões da CPI, o MDB levantou qualquer dúvida quanto à documentação e à execução orçamentária.

O que acontece Srs. Deputados, bem como brisou o eminente Deputado Basílio Zanusso, é que o MDB quando requereu a instalação da CPI o fez duvidando da independência de nossa valorosa imprensa. Quando se apercebeu da "gafe" e como queria ficar bem com a imprensa, procurou negar a culpa, que não existe, sobre S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

A ARENA não teme o resultado da CPI e sabe que tem um Governo honesto. Quem requereu a prorrogação por mais sessenta dias desta CPI foi a ARENA. Sem isto, já estaria extinta a CPI, já estaria encerrado o prazo que a mesma teria. A Arena não teme qualquer resultado.

Com referência à discriminação, tenho a dizer que os vários diretores de jornal que aqui estiveram prestando esclarecimentos na CPI, parece que nenhum deles se queixou ou fez acusação contra a discriminação havida. Pelo contrário se manifestaram satisfeitos com a retribuição que receberam pelas publicações inseridas em seus respectivos órgãos de divulgação, porque consideraram corretas.

Se consta de Dotação Orçamentária, a documentação exigida foi remetida à CPI. Foi a documentação examinada e constatou-se que o Governo não aplicou um centavo sequer, além daquilo que estava autorizado e poderia distribuir as publicações necessárias, editais como fez o DER, ao jornal que bem entendesse.

Vemos hoje na "Folha de Londrina", declaração do Prefeito José Richa, que faz referência à discriminação:

"É um direito que o povo tem, mas se eu tivesse que dar dinheiro para promover a administração ou mesmo para exercer um legítimo direito de informar o povo daquilo que está sendo realizado, eu não daria a este grupo da TV-Coroados, um centavo sequer".

Deixa de aplicar na TV-Coroados que é uma emissora de Londrina, para aplicar na TV-Tibagi. Não vejo porque o Governo não tenha direito de encaminhar os editais para publicação ao "Jornal dos Bairros", que é um jornal que circula em Curitiba, que é um jornal de Curitiba.

Quando se falou em valor de jornal, esse fica em 6 cruzeiros e pouco e o custo dele não é o valor do jornal.

Por isto está aí a CPI, prorrogada a pedido da ARENA e nós votaremos contra o requerimento, mais uma vez, repito, que nós votamos com inteira independência, que é costume de nossa bancada, dialogar entre os Srs. Deputados e sempre aceitar a decisão da maioria e juntos tomarmos uma posição. E a nossa posição, com referência a este requerimento, que é um requerimento político, nós estamos contra este requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Em votação o requerimento do Deputado Trajano Bastos.

Esta Presidência concede a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conta a História que um dia, um Rei da Espanha, quis escolher um Juiz e resolveu fazer um concurso. Os candidatos se enfileiraram diante de uma mesa, e sobre esta mesa, havia uma laranja. E a todos os candidatos o Rei pergunta o que era aquilo. Eles paravam, olhavam, e cada um respondia: — É uma laranja.

Eis que surge um candidato e diante da pergunta do Rei: — O que é isto? Ele para, olha, dá a volta à mesa e responde: — A metade de uma laranja.

É esta, ao que me parece, uma boa definição do julgador. Esta Assembléia tem função fiscalizadora. Talvez a mais importante das suas funções seja a função fiscalizadora. E quem fiscaliza emite conceito, emite opinião, julga; e para julgar, não pode analisar apenas um aspecto da questão.

Não posso entender, e nem aceitar, que a CPI cumprisse com sua obrigação apenas examinando documentos fornecidos pelo Governo. Não haveria necessidade de CPI. Bastaria um pedido de informações e a solicitação de que o Governo encaminhasse a relação de todas as verbas utilizadas em publicidade. CPI, diz Comissão Parlamentar de Inquérito e Inquérito diz investigações, aprofundadas, e não limitadas.

Não posso entender também, que quem julga, que quem tem a função de julgar, de fiscalizar, se contente com o que é parcial, se contente com o que é parte e não queira conhecer o todo.

O Governo forneceu documentos, mas não é só com base em documentos que funciona ou exerce sua função uma CPI. Esta CPI surgiu não gratuitamente, não porque quis o MDB, mas surgiu diante de afirmativas gravíssimas feitas pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

Com estas afirmativas, ficava mal o Governo. Ficava mal a imprensa e ficaria mal, sobretudo, esta Assembléia, se assistisse passivamente, sem qualquer atitude. Com aquelas palavras, com aquela atitude, o Sr. Governador chamou a atenção e colocou os brios, os membros deste Poder.

A CPI se instalou por iniciativa não só de Deputados do MDB, e nisto eu gostaria de fazer ressalva, à afirmativa do eminente Deputado Gilberto Carvalho. Não foram só Deputados do MDB que subscreveram o pedido de CPI. Instalada, arroladas as testemunhas, ou as pessoas a serem convocadas, fixada data para as audiências, eis que, de repente, vem uma parte dos membros da CPI dizer que estamos satisfeitos.

Ainda com prazo para investigação, ainda com prazo para a audiência, tanto que a própria ARENA por seus membros daquela CPI, havia solicitado prorrogação de prazo e este prazo encerrar-se-á dia 03 de novembro. Pessoas foram acusadas nesse ínterim, o próprio Governador Jayme Canet Junior, numa entrevista feita no dia 28 de março à imprensa acusou um ex-Governador de ter iniciado, ter utilizado estes métodos que ele condenava. O Secretário de Estado foi formalmente denunciado, acusado desta tribuna com provas documentais e esta Assembléia se recusa, por imposição da maioria na CPI, a ouvir esclarecimentos, não só de pedir esclarecimentos mas de dar a ele o direito de defesa. Ele tem a obrigação de dar explicações, mas também o direito de defender-se não em nome da bancada do MDB, mas em nome desta Casa. Nós poderíamos, em nome da bancada do MDB, formular convites a diretores de órgãos de imprensa para que venham dialogar conosco, para que venham esclarecer e sei que eles aceitariam, mas nós queremos que esta Assembléia cumpra sua fianlidade. O que quer o requerimento do Sr. Deputado Trajano Bastos?

Que esta Assembléia, que pode constituir comissão parlamentar de inquérito, portanto este Plenário, esta Casa teve o poder para constituir uma Comissão que investiga, que busca, que impõe a sua autoridade, pode, portanto, ela que pode o mais que pode também o menor e pode convocar, transformando-se em Comissão Geral, convocar quem quer que seja para vir aqui, não só prestar esclarecimentos, mas dar a ele o direito e oportunidade de se defender. O que queremos nós, o que quer o requerimento do Sr. Deputado Trajano Bastos?

Que esta Casa ouça o ex-Governador Paulo Pimentel, Diretor-Presidente do Editorial do "O Estado do Paraná", para que aqui venha dialogar conosco, esclarecer verdades e também defender-se; os esclarecimentos do Sr. Oscar Martinez, Diretor-Presidente do jornal "O Estado do Paraná", quer que aqui venha ele e eu sei que será uma alegria para todos nós aqui; e receber o Sr. João Milanez, Diretor do Jornal "Folha de Londrina", que é um Cidadão Honorário do Paraná, título outorgado por esta Assembléia; quer que aqui venha o Sr. Secretário dos Transportes, cuja honorabilidade ficou em dúvida pelas provas e pelas denúncias feitas nesta Casa e creio que os Srs. representantes do Governo gostariam, elementos filiados ao Governo, gostariam de dar oportunidade a este Secretário, que aqui venha defender-se das acusações ou das denúncias ou comentários feitos contra ele, porque, quem tem medo de ouvir depoimentos, quem tem medo da verdade: quem tem medo de ouvir pessoas? Quem tem medo de discutir? Só quem não tem razão, só quem tem temor, porque, o que temerá este Governo? Será que este Governo não é tão sólido que possa se abalar com depoimentos nesta Assembléia, de quatro ilustres pessoas? O que têm eles?

Já com documentos aqui colhidos e analisados pelo eminente e bravo Deputado Deni Schwartz, deixaram, a meu ver, muito mal os homens que aplicam as verbas oficiais de divulgação e publicidade neste Estado. Sejam fiscalizadores, sejam deputados, sejam julgadores e não impeçamos ninguém de dizer a sua verdade, de dar o seu julgamento. Ninguém pode, aprioristicamente, se sentir dono da verdade, ou satisfeito da verdade. Dirão que os depoimentos foram repetitivos, mas o próximo, o que dirá o próximo, a verdade, dirá ou deporá depois?

Eu participei pessoalmente de uma sessão da CPI, justamente aquela em que depunha o digno diretor do jornal "A Voz do Paraná". Naquela acusação aquele Diretor falou com sua própria voz, todas as letras que eram do seu conhecimento, que, o Governo do Estado, estava fazendo discriminação na distribuição de verbas, contra uma empresa editora desta Capital. Por que não se dar a esta pessoa, justamente diretora desta empresa a oportunidade de dar, de dizer a sua verdade, o seu testemunho, já que ela foi acusada pelo Governador do Estado? Por que não fazê-lo? Por que dispensar a prova? A Arena sente-se satisfeita mas a Arena é parte do Poder Legislativo e este Poder é que terá que ficar satisfeito, porque, senão, estas pessoas terão que ser ouvidas.

Poderão não ser convocados. Poderemos não conhecer em nome desta Casa as suas verdades, que poderão vir a ser conhecidas só pela

bancada do MDB. Os Srs. poderão não permitir que esta Casa use a sua função fiscalizadora e ouça estas pessoas; os Srs. poderão vencer porque têm força, representada pela maioria. Mas, podem ter certeza e repito aqui as palavras de Miguel de Unamuno, ao General Milan Astray: "Vencereis, mas não convencereis. Porque, para convencer é preciso persuadir, e para persuadir, faltam-vos justamente a razão e o direito". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Continua em votação o requerimento do Deputado Trajano Bastos.

Com a palavra, por inscrição, o Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento que pede apresença de 4 nomes, um requerimento que indaga dos Srs. Deputados a aprovação a fim de que se transforme em Comissão Geral esta Assembléia, para fornecer um veredito que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Imprensa não conseguiu oferecer, e nós, sabemos que não há motivo de medo se o interesse é da bancada do MDB, o apoio tem que ser efetuado pela bancada da ARENA.

Nós vimos aqui diversos Srs. Deputados da bancada governista, que, ao discutir a matéria, afirmaram a honestidade do Sr. Governador do Estado.

Se esta afirmativa corresponde perfeitamente ao que sente a bancada do Governo nesta Casa, sobre a sua personalidade político-administrativa, principalmente sobre os fatos relacionados à Comissão Parlamentar de Inquérito da Imprensa, por que a manifestação de medo em ouvir estas 4 pessoas de relevante importância para que esta Assembléia possa dar ao Paraná o resultado tão esperado da Comissão Parlamentar de Inquérito voltada somente a fim de verificar fatos ligados à discriminação de verbas dadas aos órgãos de imprensa deste Estado?

Nós não duvidamos da honrabilidade do Sr. Governador do Estado, e se fôssemos membros do partido do Governo, para a defesa da própria honra do Sr. Governador, pediríamos à bancada deste Partido, que votasse por unanimidade para transformação em Comissão Geral, a Assembléia Legislativa, a fim de que se ouvisse esses nomes de grande importância, para que se esclarecessem os fatos e, acima de tudo, se demonstre ao Governador a sua respeitabilidade, a sua honestidade, a sua capacidade financeira na distribuição de verbas.

Arredar da aprovação do requerimento desta natureza, é prejudicar aquilo que é de mais importante para a bancada do Governo, é negar a sua própria defesa, e saibam os Srs. Deputados do Partido do Governo, neste Parlamento, e naturalmente, neste instante, a preocupação do Sr. Governador deve ser muito maior em saber que esta Assembléia continua reunida, simplesmente porque sua bancada tememora de alguma consequência porventura funesta, tudo faz e afirma que votará contra um pedido que é de justiça, e creio, é, acima de tudo, de interesse do Governador do Estado.

Tudo que se disse da discriminação na distribuição das verbas está provado; um periódico de circulação semanal, com meia dúzia de exemplares, circulantes nos bairros de Curitiba, recebe o duplo, o triplo, do que recebem os veículos de grande circulação deste Estado.

Isso caracteriza uma discriminação.

Entretanto, obstar a aprovação do presente requerimento dá a impressão caracterizada de medo de que alguma coisa de mal possa acontecer.

Pediria, neste instante, que a bancada do Governo, em defesa de integridade política e administrativa do Go-

verno, desse uma demonstração de consciência, de sua própria respeitabilidade, e votasse, por unanimidade, a favor do requerimento que não quer outra coisa senão chegar-se a uma conclusão na CPI que teve sua tramitação parada por requerimento do próprio Partido do Governo. Não foi a Minoria que obstruiu a tramitação da CPI.

E podemos afirmar que os homens que estão sendo chamados para comparecer à Comissão Geral que será constituída com a aprovação deste requerimento, aqui querem comparecer para usar do direito de esclarecer o povo do Paraná, para esclarecer se o Governador é bom, ou se é mal cliente; se o Governador é justo, ou injusto, na aplicação das verbas de publicidade.

Daí o pedido que dirigimos honrada bancada do Governo: votem, por unanimidade, no requerimento de autoria do Deputado Trajano Bastos, porque esse requerimento é de interesse do próprio povo do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) continua em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero prestar uma homenagem ao eminente Líder do Governo que, na data de hoje, comemora seu aniversário natalício.

Receba, Deputado Ivo Thomazoni, deste que teria as maiores razões de ordem política para contraditá-lo nesta Assembléia, mas dentro do princípio de humanidade, de cavalheirismo democrático — acredito de ambas as nossas formações — V. Exa. hoje é merecedor do nosso respeito, da nossa consideração e dos nossos votos. Que a sua proveitosa existência se alongue para, não apenas contentamento dos seus, mas para que possamos tê-lo entre nós por longa data, participando e dando a este Plenário e a esta Assembléia o melhor dos seus coloridos possíveis.

Srs. Deputados, Sr. Presidente. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é um ambiente diminuto, um ambiente restrito, onde as posições partidárias e as posições políticas tendem a radicalizar-se. Assim é que a Comissão é apenas parte de um Colegiado, que é o Parlamento. E como consequência, não tem ela o mesmo entendimento ou amplitude que tem o Plenário de um Parlamento.

O MDB entendeu de que num Colegiado maior, nesta Assembléia, onde as posições não são tão radicais, onde talvez até a própria responsabilidade das duas bancadas se diluam e onde as lideranças tenham então uma maior participação, entendeu o MDB que deveríamos dentro do direito que nós é assegurado, dentro da faculdade regimental que é assegurada a todas as minorias em todos os Parlamantos do mundo, o MDB entendeu que deveria esgotar esse recurso, até por uma questão de dever, porque foi um compromisso assumido nas eleições deste Deputado do MDB, de, em nome do povo, exercer a fiscalização do Governo do Sr. Jayme Canet Junior.

E quero com isto discordar do eminente Deputado Basílio Zanusso, quando disse que a medida tinha apenas o caráter eleitoral.

S. Exa. com certeza não se lembrou que o primeiro projeto da Ordem do Dia de hoje, não é outro senão a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná em que S. Exa. foi o Relator da Comissão de Finanças e que esta Assembléia aprovou.

Dentro da estrutura do poder hoje do Brasil, se permite ao Legislativo exercer tão pouco e unicamente a fiscalização.

E para essa fiscalização é, Srs. Deputados, que este Poder não pode abrir mão para passar como passou com o Relatório de S. Exa., um atestado inequívoco de que naquela prestação de contas todos os gastos foram de acordo e em concordância e em consonância com a Lei, para passarmos e fazermos coisas julgadas.

O que não se pode admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que num inquérito onde se busca o contraditório, onde um homem como o Sr. Paulo Pimentel ora parece como vítima, ora como réu, ora como testemunha, não seja ouvido. Estaremos ferindo todos os princípios processuais e de sistemática de qualquer investigação de ordem de inquérito numa Assembléia, se este homem não for ouvido, porque tudo começou e hoje indiscutivelmente Paulo Pimentel é o pivô do que se levantou sobre a imprensa do Paraná.

Que isto não fique numa discussão doméstica dentro do Partido da Arena, mas que venha para esta Assembléia para discussão meramente da competência de fiscalização deste Poder, porque S. Exa. o Sr. Paulo Pimentel ocupou como pessoa física, o cargo de Governador do Estado.

E não se busca aqui fiscalizar pessoa física do Sr. Jayme Canet Junior, mas daqueles que ocuparam no Governo do Estado do Paraná, a função de Governadores, a quem cabe a decisão e a prioridade dos gastos do Executivo.

Por isto, Srs. Deputados, apelo para a independência, que, na condição de Líder nesta discussão o Deputado Gilberto Carvalho assegurou, dos ilustres representantes da Aliança Renovadora Nacional no sentido de que votem esta matéria.

Não é um requerimento eleitoral, é para preservar este Poder.

Este requerimento foi nomeado pelo Brasil inteiro e a imprensa nacional se ocupou dessa CPI. Que não se frustre ao menos, é este o desejo que o MDB tem e foi assumido com o povo do Paraná e os Srs. Deputados da ARENA também assumiram, o poder que esta Assembléia tem de exercer a fiscalização do Governo e poder passar o atestado inequívoco como coincidentemente hoje passamos ao votar a primeira matéria da Ordem do Dia, que foi a que diz respeito às contas do exercício de 1974, exercida pelos Governadores anteriores.

Para isto é que realmente conclamamos todos os Srs. Deputados indistintamente, para que não abram mão deste direito, para que não abram mão desta possibilidade que tem esta Assembléia de se agigantar perante o Brasil, de ter a independência de ver no Poder Executivo do Estado do Paraná, não réu, não vítima, apenas há um ponto a ser indagado, porque concordamos e temos que concordar que até prova em contrário todo o homem é honesto. Temos que admitir que com relação ao Governo do Estado do Paraná, até agora, não temos provas suficientes de que ele é honesto. Mas, o que queremos e que V. Exas., nos ajudem a passar o atestado de idoneidade e de honestidade, principalmente aquele que tem a Presidência e aquele que é Relator da CPI que investiga os gastos ou as discriminações com a publicidade.

Isto, Srs. Deputados, é que queremos que entendam. Este Poder tem que se agigantar, e não pode abrir mão desta prerrogativa porque, então, estaremos colocando razões de ordem subjetiva, nos antecipando em desconvocar testemunha que ora aparece como réu, ora como vítima, e como disse, é o pivô central da discussão.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pode esta Assembléia abrir mão deste poder. E, neste instante, lembro ao eminente Líder da Arena, que louvei sua iniciativa quando coletou nossa assinatura para a CPI do Consumidor, que foi instalada há mais de sessenta dias nesta Assembléia. Para uma atitude deste Poder e para a independência individual de cada um de nós que não morra esta CPI do Consumidor, que está constituída por Lei. Que se forme a CPI do Consumidor e que se leve avante. Como disse, louvei e apoiei a iniciativa do Líder da Arena, quando coletava assinaturas para a CPI do Consumidor.

É isto que nós queremos, que esta Assembléia realmente funcione. Como somos minoria, não temos o direito e não temos, talvez, o poder de convencê-los, mas queremos que V. Exas nos ajudem a nos colocarmos numa posição que, ao menos, inspire respeito à opinião pública.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Continua em votação o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) A Presidência poderia me informar se o eminente Líder do MDB já indicou os membros de sua bancada para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito em Defesa do Consumidor?

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Esta Presidência vai solicitar da Assessoria da Casa a informação e posteriormente se chegar a esta Presidência a resposta, dará conhecimento a V. Exa.

Com a palavra o Sr. Deputado Waldenício Barbalho, devidamente inscrito.

Esta Presidência alerta, ainda, aos Srs. Deputados do Partido Situacionista, que se desejarem fazer uso da palavra, a Presidência alternará ora convocando um, ora outro, eminente Deputado desta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — Para mais uma Questão de Ordem, Sr. Presidente — (Assentimento).

Tenho, no meu relógio, 18 horas, 27 minutos, Sr. Presidente, e como dez minutos serão ocupados pelo eminente Deputado Waldenício Barbalho, ultrapassarão o horário destinado para esta sessão. Se V. Exa. pudesse colocar à consideração do Plenário o requerimento de minha autoria que está sobre a mesa...

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) A Presidência agradece a ocupação de V. Exa., e está atenta e, tem sobre a mesa, o requerimento assinado pelo Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a prorrogação da sessão por mais duas horas. Mas conduz os trabalhos, infelizmente, pelo relógio atrasado da Assembleia Legislativa do Estado. Assim sendo, concede a palavra ao eminente Deputado Waldenício Barbalho, por mais dez minutos e, em seguida, colocará em votação o requerimento de V. Exa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Waldenício Barbalho.
O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encontrava-me em meu Gabinete, quando ouvi a afirmativa do ilustre Deputado Quilse Crisóstomo.

Maus prenúncios para esta sessão. Encontrava-me em meu Gabinete, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para num esforço de memória, relembrar o que no passado, disse, certa vez, o Professor Roberto Lira.

Eminente Professor de Direito e antigo promotor público do Distrito Federal, quando a sua sede era o Rio de Janeiro, cidade de São Sebastião, diz que o homem pode e deve refrear educar e elevar as paixões e, se não puder, receberá da Lei, as compensações correspondentes. Diz S. Exa. o eminente Professor de Direito, o seguinte conceito: — A Imprensa é o balcão de comércio, onde a matéria paga a tudo pretere.

O esforço do MDB, através de sua CPI, foi exatamente divergido do ilustre Professor, data vênica. Todos sabem e todos ouviram os conceitos do ilustre Deputado Deni Schwartz ao pretender dar, à imprensa paranaense, a sua verdadeira posição.

Mas, para fazê-lo, não podemos, evidentemente, fazer discriminação. E a maior discriminação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é, exatamente, aquela discriminação numérica apontada pelo Eng. e Deputado Deni Schwartz, quando fez uso da palavra. A maior de todas, é exatamente ouvirmos, nesta douta Assembleia, a afirmativa de que, proprietários de empresas jornalísticas foram ouvidos, como o Dr. Francisco Pereira de Cunha Filho, o Dr. Abdo Kudri, e nega-se o mesmo direito aos demais proprietários de imprensa do Estado do Paraná, para que o MDB possa dizer, no futuro, que o objetivo principal nosso revelado tantas vezes pelo Deputado que requereu a instalação da CPI, seja desfazer esta imagem da imprensa paranaense.

Evidentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se estes cidadãos convocados, principalmente aquele que se colocou na posição de réu, em face das declarações de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, Jayme Canet, quando afirmou, taxativamente, através da "Gazeta do Povo", que não havia inventado sistema de subversão aos órgãos de imprensa, tal método tem sido adotado há muito tempo; inclusive durante os cinco anos do Governo do Sr. Paulo Pimentel.

É o réu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não terá o direito, em razão de uma nova decisão discriminatória, se prevalecer a Aliança Renovadora Nacional. É isto que lamentamos, ratificando aqui os concertos de nosso líder, Deputado Osvaldo Macedo. O conceito é unilateral, nós queremos todas as provas para os autos, inclusive para facilitar a missão espinhosa do ilustre Relator da CPI de Imprensa, o ilustre Deputado Ivo Thomazoni, para que venham os elementos todos para os autos. Não é possível ouvirmos dois ou três proprietários de jornais e não reconhecer o direito dos demais falarem, como fizeram o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e Abdo Kudri, inclusive até numa passagem quando eu interrogava o ilustre jornalista proprietário da "Gazeta do Povo" a respeito do que seu jornal era ou não subvencionado, toda a imprensa comentou a irritação do proprietário da "Gazeta do Povo", mas a minha afirmativa, que S. Exa. confirmou posteriormente, é de que a pergunta seria apenas para que constasse dos autos, toda a matéria necessária para a decisão justa da CPI.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta será a pior discriminação, por isso eu faço aqui uma solicitação aos ilustres Deputados da Arena, que, se já decidiram negar o requerimento do Sr. Deputado Trajano Bastos, que reconsiderem sua atitude, numa homenagem que deve ser feita à justiça, principalmente ao réu apontado pelo Governo do Estado do Paraná, Sr. Jayme Canet Junior, ao réu deste processo da CPI que é o Sr. Paulo Pimentel. Desejamos que todos sejam ouvidos, para facilitar a missão espinhosa do Relator da CPI de Imprensa, para que no futuro possamos também nós fazermos o nosso relatório e apontarmos também as discriminações em razão dos depoimentos dos Srs. jornalistas à CPI, porque, Sr. Presidente, não deveria entrar no mérito, mas, que fazer? Já está lá, nos autos, apontada, a discriminação e já foi hoje apontada neste Plenário, pelo Deputado Gilberto Carvalho, a discriminação com relação a aplicação das verbas. O Paraná precisa saber disso, o Paraná precisa de um relatório justo de S. Exa. o Líder do Governo, e, se não o for, nós do MDB, faremos o nosso relatório, para conhecimento do Paraná e para que sejam realmente dados os pontos nos iiis para que a verdade apareça no relatório do MDB.

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Antes de dar continuidade à votação do requerimento do Deputado Trajano Bastos, esta Presidência coloca em votação o requerimento do Deputado Ivo Thomazoni, que requer prorrogação da presente sessão por mais duas horas. — APROVADO.

Continua em votação o requerimento do Deputado Trajano Bastos.

Esta Presidência solicita ao ilustre 1.º Secretário, Deputado David Federmann, para que proceda a votação nominal. Esta Presidência pede escusas ao eminente 1.º Secretário e esclarece o Plenário que os que votarem pela aprovação do requerimento deverão votar positivamente e os que rejeitam, votar negativamente.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, perdoe a impertinência deste Deputado, mas alguns dos Srs. Deputados encontram-se no anexo deste Plenário. Solicitaria que V. Exa. fizesse soar os tímpanos para alertá-los.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Perfeitamente. Antes da votação nominal, esta Presidência toca os tímpanos, por soli-

citação do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados para verificação de votação. — (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Votaram favoravelmente 16 Srs. Deputados e 22 contra. REJEITADO o requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DER, expondo a situação da falta de segurança na estrada Curitiba, Apucarana — Maringá, reclamando providências imediatas. Em votação. — APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) A Mesa defere. Será feita a verificação.

(É procedida a verificação).

20 Srs. Deputados votaram favoravelmente, 18 rejeitaram. — APROVADO.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, permita que, pela ordem, eu agradeça a V. Exa. a manifestação de amizade, de apreço, nos votos que formulou, no dia que me entristece, porque envelheço.

V. Exa. traduziu o que para mim tem o maior valor. O simples fato de me desejar felicidades, me deixa na dívida para com V. Exa.

No instante em que o calor dos debates nesta sessão, fizeram com que eu mais uma vez, não controlasse os meus nervos, abalados talvez em função de uma atividade estafante, deve ter, quem sabe, faltado com a consideração que V. Exa. sempre me mereceu, e me merecerá. Portanto, além do agradecimento o pedido de desculpas, se fui para com V. Exa. inconveniente no transcorrer da sessão. E leve em conta, por favor, o fato de que estávamos impedidos de usar da tribuna regimentalmente e talvez isto tenha colaborado para que armazenasse uma situação que aflorou e infelizmente contra V. Exa., o que não desejava fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Esta Presidência agradece a antiregimental questão de ordem e continua desejando felicidades ao Deputado que aniversaria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 133/76, 134/76, 135/76, 136/76, 137/76 e 138/75.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 138/76, 139/76, 140/76, 141/76 e 142/76.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 144/76, 145/76, 146/76, 147/76 e 148/76.

marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 24, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 10/76, 99/76, 103/76, 105/76, 164/76, 193/76, e de Lei números 180/75, 40/76, 71/76, 75/76, 76/76, 80/76 e 85/76.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA NÚMERO 521/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8245/76, de 21 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a funcionária CLEMETILDE DELFINA BORTOLONI, matrícula número 387, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de Setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 522/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8242/76, de 20 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a LEONILDA BITTENCOURT, matrícula número 287, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 22 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de Setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 523/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8114, de 16 de Setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, REGINA IONE SILVEIRA DA COSTA, ocupante do cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO FILHO, na conformidade do disposto no Artigo 176, inciso I, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1976, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 05 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral